



DL-01

Ses. Esp. 12/05/11

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial, proposta pela nobre deputada Neusa Cadore, que tem como objetivo de discutir o combate à pobreza na Bahia e o papel do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

Convido para fazer parte da Mesa a seguintes personalidades: Exm^a Sr^a Deputada Neusa Cadore, proponente desta sessão; Exm^o Sr. Carlos Brasileiro, secretário de Desenvolvimento Social, representante do governador Jaques Wagner; Exm^o Sr. Jerônimo Sousa, secretário de Desenvolvimento Territorial, representante do ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence; Exm^o Sr. Luiz Alberto, deputado federal da Bahia e meu amigo; Exm^o Sr. Eudes Xavier, deputado federal pelo Ceará e membro da Frente Parlamentar de Economia Solidária; Exm^o Sr. Helbeth Oliva, superintendente de Economia Solidária da Bahia na Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda e Esporte, representante do secretário Nilton Vasconcelos; Sr. Lourival Gusmão, delegado federal do Ministério Agrário na Bahia; Sr. Genauto França, professor e pesquisador da Universidade Federal da Bahia; Sr. José Santana, representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – Fetraf; Sr^a Ronalda Barreto, professora da Uneb e representante da Incubadora de Empreendimento Solidário da Universidade Estadual da Bahia; Sr^a Dinorah Lobo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Públicos na área Agrícola do Estado da Bahia; Sr. Diogo Rêgo, representante do Fórum Baiano de Economia Solidária; e Sr. José Paulo Crisóstomo, presidente da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia. (Palmas)



0841-I

Ses. Esp. 12/05/11

Or. Neusa Cadore

Combate à pobreza na Bahia e o papel do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra à proponente desta sessão, a nobre deputada do PT Neusa Cadore.

A Sr^a NEUSA CADORE:- Bom-dia a todos e a todas...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputada, gostaria de pedir permissão a V.Ex^a para registrar as presenças dos deputados Marcelino Galo, Bira Corôa, Rosemberg, todos três do PT, e Ivana Bastos, do PMDB.

Passo a presidência dos trabalhos ao nobre deputado Fabrício Falcão, para que eu possa me ausentar um pouco.

A Sr^a NEUSA CADORE:- (...) Quero saudar e agradecer a sua passagem por esta sessão, deputado Marcelo Nilo, Exm^o Presidente desta Casa Legislativa. Saúdo o secretário estadual de Desenvolvimento Social, nosso valoroso companheiro, deputado licenciado, Carlos Brasileiro, que aqui representa o governador Jaques Wagner; o Sr. Secretário Nacional de Desenvolvimento Territorial, nosso companheiro Jerônimo Souza, representando aqui o ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence; o Sr. Luiz Alberto, deputado Federal da Bahia; o Exm^o Sr. Eudes Xavier, deputado federal do Ceará, aqui representando a Frente Parlamentar de Economia Solidária, que ele preside; o superintendente de Economia Solidária da Bahia, da Setre, Helberth Oliva, representante do secretário estadual Nilton Vasconcelos; o Sr. Delegado do Ministério da Agricultura na Bahia, nosso companheiro Lourival Gusmão; o Sr. Genaldo França, professor e pesquisador da UFBA; o Sr. José Santana, representante da Fetraf; a Sr^a Ronalda Barreto, professora da Uneb, representante da Incubadora de Empreendimentos Solidários Universidade do Estado da Bahia; a Sr^a Dinorá Lobo, presidente do Sintraf; o Sr. Diogo Rego, representante do Fórum Baiano de Economia Solidária, e o nosso companheiro José Paulo Crisóstomo, presidente da Unicafs – União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária.



Queria saudar com alegria todas as companheiras e companheiros, vereadores, prefeitos, representantes de entidades que vamos anunciar e se fazem presentes neste momento que, para nós, é muito significativo.

Esta sessão tem significado por conta do tema e da presença de várias entidades, companheiros de longa data. Temos então esse ambiente novo do encontro do movimento social e das representações dos nossos companheiros e companheiras que estão no espaço institucional. E esta sessão pretende oferecer um espaço no qual possamos refletir, atualizar o nosso entendimento, a nossa leitura, compartilhar o nosso compromisso diante da grande questão: como é que podemos continuar trilhando os caminhos na busca do desenvolvimento sustentável, e o desafio que o Brasil tem enfrentado com tanta ousadia, firmeza e coragem que é a erradicação da pobreza.

Recente pesquisa da Fundação Getúlio Vargas nos traz um dado bastante animador, o Brasil conseguiu, neste momento, apresentar uma evolução positiva no combate à pobreza. Já atingimos aquilo que foi colocado pela ONU como meta do milênio: os países deveriam, até o ano de 2015, caminhar na redução de 50% da pobreza. O Brasil já atingiu essa meta.

E sabemos que houve uma contribuição importantíssima, muito expressiva da intensa mobilização social que tem sido permanente durante esse período em que o Brasil instalou um novo modelo. E eu queria registrar a participação, por exemplo, das mulheres organizadas na Marcha das Margaridas, a participação importante dos fóruns que se criaram neste país como o Fórum da Economia Solidária, Fórum da Agricultura Familiar, fóruns que têm abrigado tantas e tantas entidades e movimentos comprometidos com a elaboração, com a formulação, com a implantação de novas iniciativas que estão ajudando a construir esse novo cenário sem deixar de fazer referência ao movimento cooperativista que vem chegando para o Nordeste dando a sua importante contribuição.

Apesar dos dados animadores, dos avanços que se traduzem em novos espaços de trabalho, numa melhor distribuição de renda, no acesso aos serviços sociais, aos serviços públicos que estão chegando cada vez mais na ponta como a saúde, como água, nós ainda



enfrentamos muitos desafios. E é isso que a gente quer debater juntando os poderes constituídos e a sociedade civil.

Nosso país, sabemos muito bem, tem uma dívida social enorme. Nosso país ainda apresenta nas desigualdades de gênero, de raça, de etnia, na concentração da água, da renda, da terra sinais que nos convocam, nos convidam, nos alertam para a necessidade do fortalecimento dos nossos instrumentos de luta.

Conhecemos os dados que foram recentemente anunciados. O Brasil, embora venha construindo uma evolução positiva na superação da pobreza, ainda tem mais de 16 milhões de pessoas vivendo na condição de extrema pobreza. No Nordeste, há mais de 9 milhões desse segmento. E, na Bahia, o desafio que está muito próximo de nós, há cerca de 2 milhões, 400 homens e mulheres, crianças e jovens, vivendo em condição de extrema pobreza.

Portanto, precisamos avançar no estudo, na articulação, no enfrentamento para continuar revertendo esse quadro. E há uma situação que justifica muito bem o chamamento para que avaliemos, na perspectiva das políticas da agricultura familiar e da economia solidária, esse tema da pobreza, porque no Brasil de cada 4 municípios, três têm população menor do que 20 mil habitantes. Sabemos muito bem que nesses municípios a agricultura é a principal atividade que move a economia.

Esta atividade, a agricultura familiar que ganhou visibilidade a partir do governo do presidente Lula, traz elementos muito importantes que precisam ser considerados. É da agricultura familiar que saem 70% do que hoje está na mesa dos brasileiros. É a agricultura familiar responsável pelo emprego de mais de 75% dos postos de trabalho que o campo brasileiro disponibiliza. É a agricultura familiar que desenvolve um modelo que está mais próximo da sustentabilidade, os modelos da agroecologia, a forma como se relaciona com os agrotóxicos.

Então, esta atividade, que é a espinha dorsal da economia dos pequenos municípios, começou a ter visibilidade e, de fato, é muito importante neste momento que buscamos a superação da pobreza e firmar em nosso País um modelo de desenvolvimento realmente sustentável. A Bahia é o Estado que se destaca pelo número de empreendimentos



da agricultura familiar, são mais de 650 mil. Esses dados justificam a preocupação e justificam muito bem a necessidade da nossa articulação.

A economia solidária tem uma contribuição enorme. É estratégica na construção de um novo projeto. A economia solidária traz valores novos, desafia a sociedade capitalista quando se fundamenta nos princípios do cooperativismo, da valorização da auto-gestão, da solidariedade, da valorização do trabalho humano, do respeito à diversidade. É um instrumento importante no emponderamento, tem um impacto muito grande na vida das mulheres. Sabemos que essa ferramenta também merece apoio e atenção e vale a nossa luta.

O campo brasileiro tem passado por uma mudança estrutural nos últimos anos. É bom lembrar que, quando observamos os índices de superação da miséria, é exatamente no campo brasileiro que a miséria foi reduzida com maior intensidade. Está dando certo esse modelo, mas esse modelo nos desafia diante dos gargalos que ele ainda apresenta.

Eu queria destacar que o avanço que tivemos no campo, foi muito acertado. É importante destacar o papel do Ministério de Desenvolvimento Agrário e hoje para nós tem um significado muito particular olhar para ele, que deu uma contribuição enorme ao sucesso, à mudança, à transformação que aconteceu no campo brasileiro. Isso impactou positivamente no projeto que começou com o presidente Lula e avança com Dilma.

Mas hoje nos orgulhamos também porque o nosso ministro é baiano, está lá nos representando. Um companheiro que esteve presente, conhece o chão da luta, ajudou muito no processo de transformação e na conquista de uma nova situação política para a Bahia.

Agora temos aqui na Mesa representando-o o nosso querido amigo Jerônimo Rodrigues, que atualmente está à frente da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, que é uma das políticas que estão dando lugar ao desenvolvimento, através do esforço de organizar os nossos projetos, as nossas lutas a partir do chão do território.

Companheiros, eu queria dizer que dentro da nossa reflexão gostaríamos de ressaltar a importância dos programas que vieram particularmente do MDA, como o Pronaf, o apoio à política territorial, o Seguro Safra, os programas de habitação rural. E destacar também a importância do Programa Luz para Todos, que cria um novo cenário no campo, e



da nova Lei da Alimentação Escolar, entre tantas outras iniciativas que foram articuladas e nos permitiram, de fato, tentar o resultado lá na ponta.

No entanto hoje igualmente é dia de lembrar dos gargalos, do que emperra esse modelo de desenvolvimento. E sabemos que temos produtores e produtoras, entidades, pessoas do governo que no dia a dia têm estado presentes nesse novo cenário. É um governo que valoriza as entidades e dá espaço para o diálogo. Temos de aproveitar esse momento porque precisamos dar nomes às dificuldades.

Ainda é um grande desafio o acesso ao crédito, à comercialização, à universalização da assistência técnica permanente de qualidade chegando lá na ponta. Temos o problema do endividamento, os entraves na reforma agrária. Não nos faltam desafios. Também é desafio o processo de organização dos trabalhadores. Quantos municípios dão acesso ao PAA? Não temos uma estrutura de organização que possa habilitar o município para esse programa importantíssimo para o governo. Desafios não nos faltam, repito, porém o que já alcançamos nos dá a certeza que estamos e buscando o caminho do acerto.

Então é nesse contexto, companheiros e companheiras, de avanços e desafios que esta Casa Legislativa iniciou a mobilização na perspectiva de criar a frente parlamentar em defesa da agricultura familiar, da economia solidária, da reforma agrária. E entendemos que esse espaço vai ser um fórum permanente de debates, estudos, fomento, elaboração legislativa e monitoramento da legislação que já existe. Temos a alegria de dizer-lhes isso. Aqui estão os deputados Marcelino Galo e Fabrício, que, juntamente com o Fórum da Agricultura Familiar, da Economia Solidária, a universidade e outros 10 deputados e deputadas, participaram de uma primeira conversa. Estamos sentindo uma sensibilização muito grande, um comprometimento deste Parlamento para criarmos esse espaço fazendo dele um lugar importante, uma ferramenta a mais de articulação.

Então quero saudar, com muita satisfação, a presença do deputado federal Eudes Xavier, nosso companheiro, também nordestino, do Ceará, que hoje está à frente da Frente Nacional da Economia Solidária.

Sua presença, Eudes, nos dá também um ânimo a mais, traz significado para a nossa batalha, acho que vamos poder trocar experiências, contar com a Frente Nacional para



nos assessorar, enfim, compartilhar conosco essa tarefa que estamos abraçando com muito carinho nesta Casa.

Gostaria também de registrar que vamos contar com a participação, o apoio do MDA, que tem investido em políticas importantíssimas. Acho que todos nós estamos com esse compromisso de fazer chegar lá à ponta e melhorar, Jerônimo, os instrumentos para que as políticas cheguem aonde a nossa presidente Dilma Rousseff e todos nós almejamos, lá na ponta, para chegarmos aonde moram aquela mulher, aquele homem, aquele jovem que hoje estão na condição desumana e pobreza extrema.

Nós queremos que a Frente Parlamentar, os fóruns, as nossas organizações todas caminhem com muita firmeza na certeza de que as conquistas nos animam e de que vivemos um grandioso momento, que pede para acordarmos mais cedo, dormirmos mais tarde e trabalharmos com muito ânimo. Acredito que o desafio é termos muita eficiência no sentido de fazer a nossa articulação.

Quero encerrar saudando a presença de todos, dizendo que temos a clareza de que precisamos contar com todos vocês para que não percamos o foco, a esperança e tenhamos um resultado cada vez mais em favor dos menos favorecidos.

Quero saudar os nossos companheiros das Galerias, sejam todos bem-vindos, companheiros do movimento CETA, de outros movimentos, agradecer a presença de todos e, mais uma vez, o nosso mandato quer agradecer a sensibilidade desta Casa, dos deputados e deputadas, que desde o primeiro momento se manifestaram solidários e comprometidos com a criação da nossa frente.

Muito obrigada, companheiros. Boa luta, boa caminhada, e que continuemos construindo vitórias.

(Não foi revisto pela oradora.)



DL-02

Ses. Esp. 12/05/11

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Bom-dia a todos. É um prazer para mim estar nesta sessão de hoje. Esta Casa vive um momento mágico, em que todos os seus deputados, ou quase todos, têm o interesse de efetivar políticas públicas que dêem condições de transformar a vida do povo baiano de uma forma geral. Os deputados presentes mostram isso.

Este momento da criação da Frente Parlamentar em defesa da agricultura familiar, da reforma agrária e da economia solidária é o momento de uma Casa de deputados altivos, sérios, e uma deputada como esta, Neusa Cadore, que tem na sua veia a luta em melhoria do povo baiano, em especial, do homem do campo.

Tivemos um café organizado por ela, na semana passada, em que 11 deputados estiveram presentes. Quero dizer-lhe, deputada, que com certeza o nosso mandato estará à disposição dessa luta junto com a senhora para construir uma Bahia melhor e uma vida melhor para todos os baianos neste momento novo por que passam a Bahia e o Brasil.

Neste momento, quero passar-lhe a presidência desta sessão.

A Sr^a PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Gostaria de registrar um documento que recebemos da presidência do Congresso Nacional, apresentando o representante que hoje nos prestigia aqui:

“Brasília, 10 de maio de 2001

À S. Ex^a, Sr^a Deputada Neusa Cadore, deputada estadual, à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Assunto: designação de representante

Sr^a Deputada

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que designei o deputado Eudes Xavier para representar a Câmara dos Deputados na sessão especial Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza, a realizar-se nessa Assembleia Legislativa, na Cidade do Salvador, Bahia, no dia 12 de maio de 2011.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Atenciosamente

Marco Maia

Presidente.”

Salva de palmas para o nosso deputado Eudes Xavier.



0842-I

Ses. Esp. 12/05/11

Or. Diogo Reis

Combate à pobreza na Bahia e o papel do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A Sr^a. PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Agora, com muita satisfação, concedo a palavra ao representante do Fórum Baiano de Economia Solidária, nosso companheiro Diogo Rêgo, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. DIOGO RÊGO:- Bom-dia a todos e a todas. Queria começar salientando a importância dessa frente parlamentar para a Bahia, porque, para que a lei de economia solidária e da agricultura familiar chegue diretamente à base é preciso que a gente pense e comece a construir outro Estado, voltado, realmente, para quem mais precisa. E o Poder Legislativo tem um papel fundamental nisso, para a gente ver quais são os gargalos que tem.

Por exemplo, levanto algumas bandeiras da nossa Conferência Estadual de Economia Solidária e da Conferência Nacional de Economia Solidária. A gente tem que rever as barreiras legais e fiscais, que são desumanas. Temos que criar essas barreiras de forma que se trate com equidade os empreendimentos da economia solidária e da agricultura familiar. Então, o Fórum Baiano de Economia Solidária considera essa frente parlamentar muito importante. Aqui quem vos fala é um representante de um empreendimento de economia solidária que sente todos os dias o quanto o Estado é perverso para quem dele mais necessita. Pode contar com o fórum para que essa frente parlamentar se fortaleça cada vez mais.

Para os presentes que não a conhecem, a economia solidária, nos últimos anos, tem crescido bastante no Brasil. Alguns números de um mapeamento feito na Secretaria Nacional de Economia Solidária, junto com o fórum brasileiro, dão conta de que só na Bahia existem mais de 150 mil pessoas que trabalham com a economia solidária. Esse número não é pequeno, tampouco invisível. Então, com mais de 1.700 empreendimentos, muitos têm uma dificuldade enorme. A maioria não tem sequer o CNPJ, gente. Isso é muito importante. Ou seja, do ponto de vista econômico, ela subsiste por quê? Tem uma legislação econômica, uma lei de cooperativismo, que não contempla os pequenos produtores.



Queria saudar os companheiros que estão fazendo uma manifestação aqui, porque isso é o jogo democrático. Os movimentos sociais têm, cada vez mais, de se juntar para juntos nos fortalecermos. Também queria pedir a todos, especialmente aos deputados nesta Casa, onde tramita a Lei Estadual de Economia Solidária, que nos apoiem, que aprovem essa lei, que não resolve todos os problemas, longe disso, mas nos ajuda substancialmente a criar um conselho de economia solidária, a colocar a economia solidária nas escolas públicas, o que é um ganho importante.

Hoje, como o Joaquim do Banco Palmas disse, lá da terra do nosso querido deputado Eudes, a nossa educação é da seguinte forma: “Meu filho, estude muito. Mas estude muito, porque no vestibular é 18 para 1. Você tem que eliminar 17 para ter a sua vaga”. Mas na educação temos que aprender a dizer assim: “Meu filho, estude bastante, porque você tem que se juntar com outros 17 e juntos acharem uma saída para essa forma de exclusão que está aí no vestibular e de outras formas que excluem a sociedade e promove a competição da gente. (Palmas!)

Essa é uma forma que a gente tem para que, junto com os nossos jovens, comecemos a construir uma cultura da cooperação, da solidariedade e, com isso, contamine o Estado para que ele também possa atender e entender mais essa lógica. Por fim, gente, também pegando algumas bandeiras da própria Conferência Nacional de Economia Solidária, da importância da criação de um fundo de assistência técnica para a economia solidária. Queria dizer aqui uma coisa importante: em nível nacional, estamos passando por um momento bastante animador e intenso, complicado, que é um projeto de Lei 865, que coloca a economia solidária junto da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa. O deputado Eudes também está nessa luta lá com a gente.

Queria pedir, nada mais nada menos, que haja um debate democrático sobre o papel da economia solidária no Estado e qual é a política pública da economia solidária que a gente quer, independentemente do espaço institucional em que ela esteja. A política de economia solidária, da agricultura familiar, tem deixado muito a desejar. O Estado não consegue atender a quem dela está precisando.



Então, deputado, peço aqui, e é a bandeira do fórum, que a gente tenha a nossa audiência pública na Bahia para debater esse projeto de lei e, para além do espaço institucional, que a gente possa debater qual é a política pública de economia solidária no nosso País e com estratégia de desenvolvimento e combate à pobreza. (Palmas!)

Então, é isso que a gente quer. Obrigado. Para encerrar, o fórum tem um debate sobre isso, tem uma posição, mas acho que não é o momento de colocar aqui, mas, sim, na audiência pública. Tenho certeza de que, na Bahia, teremos um apoio dos deputados estaduais e do deputado Eudes.

Muito obrigado.

A Sr^a PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Muito obrigado, Diogo.

(Não foi revisto pelo orador.)



0843-I

Ses. Esp. 12/05/11

Or. José Paulo Crisóstomo

Combate à pobreza na Bahia e o papel do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A Sr^a PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Concedo a palavra ao Sr. José Paulo Crisóstomo, presidente da Unicafes.

O Sr. JOSÉ PAULO CRISÓSTOMO:- Bom dia a todos.

Quero saudar a deputada Neusa Cadore por esta brilhante oportunidade que nos dá para debater um assunto de tamanha grandeza e tamanha importância para a Bahia e para o Brasil. Em nome dela, quero saudar todos os deputados estaduais aqui presentes, saudar o deputado Eudes Xavier, o companheiro de caminhada que tem debatido conosco, em Brasília, sobre a economia solidária; está em suas mãos, discutindo o PL que trata da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa, e dentro dela, esse debate da economia solidária. Em nome dele, quero saudar os representantes federais aqui presentes. Saúdo o nosso Secretário Carlos Brasileiro e, em seu nome, quero saudar a todos os representantes do Estado. Saúdo, também, o companheiro Dé e, em seu nome, quero saudar a todos os representantes da agricultura familiar.

Deputada Neusa, parabéns por esta oportunidade. Não podemos, de maneira alguma, deixar que essa situação da pobreza extrema continue ao nosso lado, se podemos fazer muitas coisas que, às vezes, não temos feito.

Em 2009 a Unicafes promoveu a caravana nacional do cooperativismo pelo fim da pobreza. Para nós foi uma alegria muito grande porque, depois, a nossa presidenta Dilma colocou isso como prioridade absoluta no seu governo, e nós já tínhamos feito isso.

É interessante analisar qual a origem da pobreza. Se olharmos, o foco vem do modelo do desenvolvimento implantado em nosso país. Se olharmos, a concentração da terra, se olharmos a desvalorização do meio rural, com escolas em péssimas condições, e nós vimos nesta semana, na TV, a qualidade que vai desde o transporte escolar à questão da merenda, sem falar da desvalorização dos professores, inclusive; se olharmos a situação da saúde no meio rural, a questão das estradas; se olharmos a desvalorização da cultura e do



lazer, tudo isso, ao longo dos anos, provocou um grande êxodo rural, e a nossa juventude, ao longo desse tempo, não vê grandes perspectivas de permanecer no meio rural. Isso tem se agravado a cada ano, trazendo muita gente para os grandes centros e criando um conjunto de problemas nesses grandes centros. Tem que haver essa relação campo-cidade, que é importante analisarmos e vermos o que podemos fazer.

Como o tempo aqui é curto, cortei a minha saudação por conta disso, e eu teria que dizer as nossas sugestões.

Deputada, gostaria de deixar aqui as contribuições da Unicafe para a questão da erradicação da pobreza. Colocamos que, em primeiro lugar, não dá para achar que essa relação é uma questão só do governo. É importante ampliarmos a relação do Estado com a sociedade, um amplo debate com a sociedade para discutirmos quais são as alternativas, uma vez que temos problemas. Até hoje todas as políticas públicas, todo o esforço feito pelo nosso ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não conseguiram atingir uma grande camada da população, que são esses 16 milhões de brasileiros que continuam na pobreza.

Não podemos atribuir tudo isso a um conjunto de políticas que serão realizadas apenas pelo governo. É importante termos um conjunto de leis que possa se adequar à sociedade e incluir os empreendimentos, como foi colocado, aqui, pelos companheiros que não estão legalizados, a questão da assistência técnica e o amplo investimento em formação e educação. Precisamos trabalhar a questão do crédito, da assistência técnica, da agro-industrialização dos produtos da agricultura familiar e do processo de agro-industrialização. Tudo isso, tendo a compreensão de que todos nós podemos dar a nossa parcela de contribuição. Deixarei, aqui, a contribuição da Unicafe para que juntos – sociedade, Parlamento e o Poder Executivo – possamos construir um Brasil mais justo, fraterno, humano e igualitário.

Muito obrigado. (Palmas)

A Sr. PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Obrigada, Zé Paulo.

(Não foi revisto pelo orador)



0844-I

Ses. Esp. 12/05/11

Or. Dinorah Lobo

Combate à pobreza na Bahia e o papel do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A Sr. PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Concedo a palavra, agora, à Sra. Dinorah Lobo, presidente do Sintagre – Sindicato dos Trabalhadores Públicos na Área da Agricultura do Estado da Bahia.

A Sr^a DINORAH LOBO:- Bom dia a todos e a todas, saúdo a Mesa na pessoa da deputada Neusa Cadore, em princípio quero elogiar a iniciativa da deputada e colocar a nossa questão maior, que é a questão da extensão rural pública. Qualquer iniciativa que qualquer governo se disponha a fazer no sentido de erradicar a pobreza neste Estado passa, necessariamente, por uma extensão rural pública gratuita para o povo do campo e para a agricultura familiar. Nós não conseguimos ver de outra forma, porque no passado foi assim. Há 30 anos a extensão pública de qualidade existia, ao lado da saúde e da educação. A educação e a saúde permanecem públicos e gratuitos. Infelizmente esses serviços também passam por problemas, mas continuam os investimentos públicos nessas áreas.

Na área da extensão rural os investimentos, ao longo dos anos, vêm sendo degradados e a situação da empresa de extensão rural do Estado, hoje, é extremamente degradante. Com isso, as políticas públicas que deveriam, hoje, depois de quase 9 anos do governo Lula – incluindo os 6 meses do governo Dilma – estar a serviço da agricultura familiar não chegam, exatamente, porque o Estado da Bahia ainda não entendeu isso. Esse recado os gestores públicos ainda não entenderam e precisam entender. Chega de conversa! A Empresa Baiana de Assistência Técnica Pública não tem gestão. Todo mundo está careca de saber! Me desculpem o careca, mas todo mundo está careca de saber que a situação é essa e, infelizmente, providências não são tomadas.

Há alguns dias, também fizemos um desabafo nessa linha, mas a realidade é essa. Temos, aqui, pessoas que falarão também – e espero que toquem no assunto -, pessoas que acompanham de perto os problemas dessa empresa, e que não são resolvidos. O problema da empresa é de gestão, e para resolvê-lo precisamos ter uma frente parlamentar forte nesta



Casa que trabalhe para que os parlamentares entendam que para que essas políticas públicas possam chegar é necessário ter recursos, orçamento e uma reestruturação na empresa. A empresa pública precisa, imediatamente, ser reestruturada.

A reestruturação da empresa está pronta! O Estado está com a reestruturação pronta! Nós participamos de todo esse processo, mas isso não chega, não se resolve! É preciso que essa frente se fortaleça. Entendemos que os deputados têm compromisso, mas é preciso que eles coloquem isso debaixo do braço e resolvam, e realmente façam com que se destinem orçamentos para que essa empresa se reestruture. É necessário resolver as pendências para que essa empresa possa se reestruturar.

Há pendências trabalhistas que não foram criadas pelos trabalhadores. Não fomos nós que criamos essas despesas, esses passivos que estão aí! Foram os governos passados que geraram essas pendências e que nos colocaram a nós e a empresa nesta situação.

Então, é preciso que providências sejam tomadas imediatamente. A reestruturação da empresa é urgente, com o pagamento de passivo, gestão e concurso público imediato. É preciso que essa frente se instale imediatamente, como já foi criada a frente nacional, e que as pessoas comecem, de fato, a trabalhar.

Chega de conversa, os projetos já estão prontos; é preciso trabalhar. Se conseguirmos sensibilizar, neste momento, as pessoas para essas questões as coisas irão funcionar e os agricultores familiares que hoje estão aqui – na semana passada estiveram o MLT e o MST – não precisariam sair de suas casas para, depois de cinco anos de governo, fazerem cobranças. Isto é uma vergonha. Nós precisamos resolver as coisas com ações e práticas de encaminhamento.

Desculpem o desabafo, mas a realidade é essa. Vamos trabalhar!

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)



0845-I

Ses. Esp. 12/05/11

Or. Genauto França

Combate à pobreza na Bahia e o papel do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Registro as presenças do companheiro Libanilson Braga de Oliveira, representante do MLT (Movimento Luta pela Terra); do presidente da OCEB, Cergio Tecchio; de Dr. Almiro Sena, da Secretaria da Justiça; de Gilberto Araújo da Cruz, gerente da Ecosol, da Prefeitura de Camaçari; de Solange Oliveira, representando a Rede Pintadas; de Alessandro Vigilante, da Cooperativa Redemoinho; de Joaquim Nogueira, secretário executivo da Aecofaba; de Nereide Segala Coelho, da Coopsertão e da Cocaf; de Adenilton Sampaio, chefe de gabinete da Prefeitura de Ruy Barbosa; de Marisa Nascimento Silva, presidente do PT em Ruy Barbosa; do tenente-coronel PM Josafá Soares de Sousa, representando o coronel PM Eleotério, subcomandante da Polícia Militar; de Elias de Oliveira Rios, presidente da Repart; de Juarez Lopes de Oliveira, presidente do diretório do Partido dos Trabalhadores de Capim Grosso; de Márcio Azevedo Pomponet, secretário da Agricultura de Baixa Grande; de Ozeias de Almeida Santos, presidente da União das Associações de Antônio Cardoso; de José Raimundo dos Santos Reis, secretário de Assistência Social de Várzea do Poço; de Ani Lima, da CAAf, do Município de Valença; de Luiz Mário Avena Filho, diretor executivo de Administração e Finanças da EBDA.

Registro também as presenças das deputadas Luiza Maia, Fátima Nunes, Maria del Carmen, e dos deputados Bira Corôa, Rosemberg Pinto, Deraldo Damasceno e Marcelino Galo.

Durante a sessão, anunciaremos outras presenças importantes aqui.

Neste momento, concedo a palavra ao professor Genauto França, pesquisador da UFBa.

O Sr. GENAUTO FRANÇA:- Muito bom dia a todos os presentes. Gostaria de saudar e cumprimentar a deputada Neusa Cadore, assim cumprimento os demais deputados e todos os presentes aqui nesse recinto. Este é um momento extremamente importante na



história da legislatura, do governo baiano, porque temos diante de nós um cenário promissor, ao mesmo tempo muito desafiador, de uma renovação das políticas de desenvolvimento na Bahia, particularmente em relação às políticas de combate a pobreza, a erradicação da pobreza. Temos um horizonte novo diante das possibilidades contidas na agricultura familiar e na economia solidária.

Eu queria fazer uma reflexão muito breve e geral, os colegas e companheiros vão complementando com outros elementos mais o contexto e etc. Ela consiste, inicialmente, em partir da seguinte observação: existe um ensinamento que eu considero extremamente valioso na história, assim como ele é um ensinamento das ciências sociais, particularmente da antropologia e que tem sido muito negligenciado pelos economistas, que é acerca do que é a economia e de como ela funciona. Ou seja, o que é que dizem os historiadores e os antropólogos? Que sempre existiu uma diversidade de lógicas econômicas. Nós poderíamos ao menos nos referir as três mais importantes ao longo da história do desenvolvimento das sociedades humanas: o mercado, de um lado, ou a chamada permuta mercantil; a redistribuição, também conhecida como uma economia de transferência, hoje, particularmente, a chamada economia pública do Estado; a reciprocidade, que constitui como toda forma de mutualização de recursos, de cooperação na economia, de trocas solidárias, de formas não monetárias de produção, de redistribuição, de autoprodução coletiva, seja de base familiar ou comunitária, conforme nos mostra, de maneira eloquente, a própria agricultura familiar e a economia solidária.

As duas últimas, a redistribuição e a reciprocidade, são baseadas em mecanismos de solidariedade. Uma passando pelo estado, a redistribuição, uma solidariedade obrigatória, é verdade, imposta, mais ainda assim é uma solidariedade, um mecanismo redistributivo que muitas vezes peca pela própria composição, pela corrupção no interior do aparelho do Estado, mas o Estado tem essa vocação; a reciprocidade, praticando uma solidariedade mais espontânea com base no que a gente chamaria de uma regulação por parte da própria sociedade. Já no caso da primeira o mercado se baseia no princípio de acumulação privada, ele é um regime econômico eminentemente concentrador. Aprendemos a desvalorizar as duas últimas formas de economia, a reciprocidade e a redistribuição, e a supervalorizar a



primeira, o mercado, acreditando que apenas ele, o deus mercado, é capaz de efetivamente produzir riqueza.

Ora, qual economia de mercado se sustenta sem estado? Qual o setor produtivo de mercado não necessita do apoio e do investimento público para sua alavancagem? Como vocês imaginam que grande parte da populações do mundo e da Bahia, a maioria da população baiana, garantem suas condições matérias de existência, ou seja, elas fazem uma economia, se elas não estão incluídas nos chamados circuitos formais da economia? Como é que vocês acham que essas pessoas vivem, muitas delas aqui hoje presentes nesta plateia? É verdade que com as mais recentes políticas de agricultura familiar começa a haver um acesso a isso. Como é que historicamente essas populações sempre viveram? Praticavam que tipo de economia? É justamente através das mais variadas formas e mecanismos de solidariedade econômica que essas populações sobrevivem, que a grande maioria dessas populações sobrevivem?

Então, se na prática, já vivemos, ao contrário do que imaginamos, um sistema econômico plural, muito embora com predominância capitalista, por que não se perguntar, primeiro, quais os limites e possibilidades em cada uma dessas três formas de economia? Por que a gente supervaloriza uma e acha que as outras duas não servem? Uma segunda pergunta, mais serena, digamos assim, tentando conter o nosso espírito militante: que condição é preferível no momento de se instituir, digamos assim, o econômico na sociedade? O mercado, a redistribuição ou a reciprocidade?

Discutindo serenamente, sabemos que o mercado autorregulado é um mecanismo de alocação de recursos com uma impressionante capacidade de eficiência produtiva. Isso parece inegável, embora essa eficiência tenha uma série de custos. Um deles pode ser a exploração no trabalho, processo que, eventualmente, pode ser contido por leis de proteção ao trabalhador. Outro custo é a angústia, um certo mal-estar daqueles que muito trabalham. Mas sabemos que, apesar dessa incrível capacidade de eficiência produtiva, o mercado enquanto sistema locativo de recursos sempre foi extremamente ruim na sua capacidade de distribuição.



Será que não seria um engano acreditar que a forma capitalista de mercado é sempre superior enquanto sistema alocativo de recursos numa sociedade?

É importante deixarmos essa indagação. Por exemplo, quais os limites? Sempre observamos as virtudes do mercado, e algumas delas realmente existem, mas quais os seus limites? Ou então quais são as chamadas insuficiências dessa economia de mercado?

Raramente paramos para nos perguntar sobre isso. Uma resposta que parece evidente é a seguinte: ela não é capaz de gerar trabalho para todos os que precisam, muito embora estejamos vivendo, na conjuntura econômica atual da sociedade brasileira, um período de expansão do mercado, de aumento da oferta de trabalho assalariado, do emprego formal, etc., etc.

Mas o fato é que o tamanho da nossa demanda por trabalho não cabe efetivamente nessa forma de economia. Se olharmos para o resto do mundo, veremos que essa economia de mercado encontra-se num momento de crise muito séria e aguda.

E essa incapacidade de o mercado gerar trabalho para todos existe porque ele é, antes de tudo, uma economia do capital e não do trabalho. Ou seja, funciona na lógica de rentabilizar o capital investido. Isso é da natureza intrínseca da própria economia de mercado.

Como, então, pensaremos o desenvolvimento territorial baiano acreditando num único paradigma, ou seja, o do mercado, que possui essas ineficiências? Pensamos, então, que só o mercado pode resolver os nossos problemas? Será que com a vinda de empresas para se instalarem em cidades pequenas resolve-se o nosso problema de desenvolvimento, reproduzindo os ciclos de desequilíbrio e concentração econômica?

Se muitos guardam a ilusão do emprego assalariado individual, com carteira assinada, porque isso é uma realidade, o que fazer? Será que não é hora de valorizarmos e estimularmos outros tipos de relações de trabalho e outras lógicas de produção e distribuição de riqueza, outras formas de economia? Qual é, então, a resposta que a economia solidária oferece, mesmo com todas as suas dificuldades, para esses dilemas?

São três, fundamentalmente: direito ao trabalho associado, democracia econômica e desenvolvimento local renovado.



Direito ao trabalho associado. Precisamos avançar nessa forma de trabalho. Uma das dificuldades da reciprocidade, das formas de solidariedade na economia, diz respeito ao seu nível de precariedade. Essa precariedade tem a ver com a dificuldade de acesso a direitos. Como garantir formas de trabalho – que não estejam baseadas em soluções individuais para problemas comuns – acessando-se, efetivamente, novos tipos de direito?

A questão do direito associado é um elemento central da economia solidária. Nela só se trabalha coletivamente e a cooperação tem uma importância, um valor fundamental.

A democracia econômica participa da produção, da comercialização e do crédito na economia solidária. A gente está acostumado a pensar democracia e fala muito em democracia fora do espaço econômico. Vamos falar em democracia nas instituições públicas, nos Parlamentos; vamos falar em democracia nos bairros, no fortalecimento do associativismo local, por exemplo, mas quando a gente fala de produção econômica, não, aí não precisa ter democracia. Como não?

A democracia econômica quer dizer o quê? Quer dizer capacidade de gestão coletiva da produção. Isso é um aprendizado formidável, não é fácil, muito pelo contrário, os dilemas e dificuldades vividos no dia a dia dos empreendimentos econômicos solidários mostram isso, e é um desafio importante, um enorme aprendizado para esses grupos que estão aí se batendo para conseguir encontrar alternativas de viver, de trabalhar, de produzir.

A democracia econômica está numa outra forma de comercializar, aquilo que em economia solidária a gente chama de comércio justo e solidário, em organizar cadeias produtivas, em organizar relações entre quem produz e quem consome, entre grupos de produtores, grupo de consumidores, em criar formas mais justas que garantam um preço justo e normas mais éticas para a comercialização.

E a democracia no crédito participa do que a gente chama de formas de finanças solidárias entre cooperativas de crédito, fundos rotativos solidários, bancos comunitários de desenvolvimento, que inovam construindo outras formas de relações com o dinheiro, moedas sociais e um outro tipo de relação econômica.

O desenvolvimento local, finalmente, muito embora a gente admita que o local é sempre necessariamente atravessado pelo transnacional, digamos assim, mas as soluções dos



territórios nos territórios têm um papel fundamental. O que caracteriza a economia solidária e a agricultura familiar, e isso parece muito óbvio para todo mundo, é esse enraizamento no território.

E como é que a gente pode pensar sustentabilidade se as coisas não vêm do próprio lugar que a gente mora, não estão fincadas, enraizadas no próprio lugar que a gente mora? Então são algumas lições e ensinamentos em termos de possibilidades. O apoio a essa agenda renovada de desenvolvimento territorial passa por isso.

Muito obrigado.

(Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



0846-I

Ses. Esp. 12/05/11

Or. Lourival Gusmão

Combate à pobreza na Bahia e o papel do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Obrigada, professor.

Concedo a palavra a Lourival Gusmão, delegado federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O Sr. LOURIVAL GUSMÃO:- Bom-dia a todas e a todos.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Neusa pelo convite e saudar todas as mulheres aqui presentes em seu nome; saudar todos os homens aqui presentes em nome de um desses homens aí da Ceta que se faz presente em nosso plenário, para quem peço uma salva de palmas, companheiros que vieram participar deste nosso evento (Palmas).

Não vou fazer discurso hoje, Neusa, eu quero fazer uma reflexão. Tenho duas formas de falar: ou faço discurso ou faço uma palestra. Em cinco minutos não dá para eu fazer um discurso nem dá para fazer uma palestra, vou ver como administro isto aqui.

Tenho 35 anos, mais ou menos, nessa caminhada junto à agricultura familiar e reforma agrária no nosso País e no nosso Estado. Já vivi muitas situações difíceis com os companheiros do Movimento Sem Terra, do MLT pelo Brasil afora, pelo Brasil adentro. Às vezes, debruço-me sobre o quadro que estamos vivendo hoje no nosso Estado da Bahia e no Brasil.

É bem verdade, isso me enobrece por ter participado do que está sendo construído no Brasil. O que está sendo construído no Brasil, a partir de 2003 quando o presidente Lula assume, é um projeto novo de nação. É um projeto novo de nação que se disputa, que há controvérsias, que há contradições. Mas é um projeto novo de nação e que neste momento do começo da presidenta Dilma, eu estou entrando com gosto de gás nesse *slogan*, deputado Eudes, de que país rico é país sem pobreza. E a afirmação desse *slogan* tem tudo a ver com a democracia. Ou você sai dessa fase da miséria, da pobreza, ou a nossa afirmação democrática não se consolida. Não há afirmação democrática, em país nenhum do mundo, com uma parcela significativa da nossa população sem emprego, ainda mais em extrema pobreza.



Eu disse aqui, há uns 15 dias, aos companheiros do MST, que o avanço da luta pela reforma agrária também tem a ver com o avanço da nossa democracia e o modelo do Estado brasileiro. Um dos grandes problemas que nos deparamos hoje para fazer valer, Carlinhos Brasileiro. As políticas públicas, Jerônimo, você que está lá no MDA, para chegar na ponta para o pobre, é a estrutura do Estado Brasileiro, dos órgãos federais e dos órgãos estaduais. São estruturas velhas, arcaicas, conservadoras, cheias de dificuldade, porque é para o pobre. Elas foram formatadas num tempo histórico em que a pobreza era considerada – ou é ainda por parte de segmentos – como uma coisa que não se deve olhar. Dezesseis milhões de pessoas em extrema pobreza – dois milhões e 400 mil na Bahia!

A agricultura familiar baiana – já fechando meu raciocínio –, e aí eu sugiro, para que não nos alonguemos aqui, Neusa, que, a partir da construção dessa Frente Parlamentar - Marcelino está aqui me olhando, é um grande parceiro, companheiro de estrada também –, devemos estabelecer uma pauta para essa Frente Parlamentar, porque vamos criar uma Frente Parlamentar da agricultura familiar, reforma agrária e economia solidária com pauta, porque pobreza não se discute com audiência pública, não se resolve com audiência pública, pobreza não se discute nos palanques de campanha, não se resolve nos palanques de campanha. Pobreza se resolve com ações objetivas do Estado (Palmas), com ações objetivas, Carlinhos Brasileiro, da Sedes, com ações objetivas da EBDA, com ações objetivas do MDA, porque quem está com fome não aguenta esperar essa burocracia que arrasa nossas instituições! (Palmas, muitas palmas.) Logo, a Frente Parlamentar da Assembleia Legislativa, deve debater essas normativas que atravancam a EBDA, essas normativas que atravancam o INCRA, essas normativas que atravancam a Sedes. A Frente Parlamentar deve formar leis para a pequena indústria, deve formar novas leis, novas modalidades de forma que o PAA chegue para todos, que o Bolsa Família chegue para todos, enfim, que venhamos, no curso dos próximos quatro anos, e daqui a cinco anos não perder mais tempo discutindo extrema pobreza e miséria, e, sim, discutir desenvolvimento e novas formas de viver bem neste País.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

**0847-I****Ses. Esp. 12/05/11****Or. Ronalda Barreto****Combate à pobreza na Bahia e o papel do Ministério do Desenvolvimento Agrário.**

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Gostaria de registrar as presenças de Jonas Paulo, presidente estadual do Partido dos Trabalhadores, dos vereadores Juninho, de Gavião, Luciano, de São José, Val, Juscelino e Roberto, de Pintadas, da Sr^a Vânia Ribeiro, representando o deputado federal Nelson Pelegrino, do Sr. Ailton Florêncio, que foi nosso companheiro da Suaf – obrigada -, da Sr^a Maria José Santana dos Santos, da Federação das Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos, do Sr. Valério José, vereador de Glória, lá da região Nordeste; da Sr^a Marta Maria Santana Cabral, da Associação dos Municípios do Baixo Sul, do Sr. Adalberto Santos de Oliveira, secretário da Agricultura de Gavião, do Sr. Júlio de Souza Silva, presidente da Câmara de Gavião, do Sr. Luiz Orleans, assessor do senador Walter Pinheiro, do Sr. Benedito Prado, vereador de Itaberaba, do Sr. Paulo Sérgio Andrade, coordenador do grupo de trabalho da CAR, do Sr. Wilson Nunes da Silva, presidente do Instituto Pau Brasil; Hélio de Castro Lima, presidente da APASA de Valença; e Edenivaldo Ferreira Mendes, vereador do município de Pintadas. Contamos aqui também com entidades como a Ceplac, Instituto de Qualificação e Cidadania, Prodeb, Cooperativa Mista Colibris, Movimento Socioambiental, Sedur, IFBA, Rede de Alimentação da Economia Solidária, representantes da comunidade de Valéria e representantes da STI.

Dando seguimento, concedo a palavra por cinco minutos a Ronalda Barreto, professora da Uneb, representando a Incubadora de Empreendimento Solidário da Universidade Estadual da Bahia.

A Sr^a RONALDA BARRETO:- Bom-dia a todos!

Gostaria de saudar a Mesa, na pessoa do deputado Fabrício, e parabenizar a deputada Neusa Cadore, proponente desta sessão e relatora do PL que dispõe sobre a política estadual de fomento à economia solidária no Estado da Bahia. Quero também fazer uma saudação especial ao deputado Eudes Xavier, relator do PL 865, que propõe a Secretaria da



Micro e Pequena Empresa. Deputado, o movimento da economia solidária está depositando muitas expectativas no senhor, a responsabilidade é muito grande.

Gostaria ainda de fazer uma saudação especial aos representantes da economia solidária e da agricultura familiar aqui presentes. Vocês são os grandes representantes de estratégias de erradicação da pobreza.

Na medida em que a deputada Neusa convida representações da economia solidária e da agricultura familiar para compor a Mesa, significa que há o entendimento de que essas são estratégias de erradicação da pobreza. Portanto, deputada, a senhora para nós é uma grande aliada.

(Lê) *“Se as empresas capitalistas tivessem o objetivo de erradicar a pobreza, o bolo que o crescimento econômico nos prometeu já teria sido dividido. Entretanto estima-se que, através do fomento às empresas capitalistas e ao emprego formal apenas, levaríamos pelo menos 100 anos para erradicar a pobreza. Por um motivo muito claro, a pobreza e a desigualdade social são fomentadas pelo capital. Portanto, não é através dele que vamos erradicá-la.*

A Bahia, que tem mais de 50% de sua área localizada no Semiárido, sabe bem o significado da 'indústria da seca': os latifundiários se beneficiaram mais das políticas de 'combate à pobreza' do que os pobres.

Fomos induzidos a pensar que a seca era a vilã e hoje propomos a convivência com o Semiárido.

A ES traz relações de trabalho diferenciadas que consideram o ser humano na sua integralidade, como sujeito e finalidade da atividade econômica, e não como objeto para o enriquecimento de poucos.

No entanto, apesar dessas características, os empreendimentos econômicos solidários apresentam grandes fragilidades: na comercialização de seus produtos e serviços, no acesso à assistência técnica, no acesso ao crédito e na sua formalização. Essa situação se agrava nas áreas urbanas, onde quase dois terços dos EES constituídos, sobretudo, por mulheres em áreas de periferia, são informais. A Ecosol tem uma grande participação de mulheres.



Para a Ecosol o desenvolvimento sustentável deve possibilitar a harmonização entre a justiça social, a prudência ecológica, a eficiência econômica e a cidadania política.

Do ponto de vista do Estado é importante que as políticas se deem – e essa é uma reivindicação do Fórum Baiano da Economia Solidária – de forma intersetorial evitando as fragmentações, as atuações pontuais, mas que criem uma ambiência para a sobrevivência dos empreendimentos da economia solidária e também os demais empreendimentos populares, prezando pela qualidade de vida da população.”

Isso só é possível pela intersetorialidade de políticas, e não pela forma como vem sendo realizada. É importante também registrar que a economia solidária é grandiosa, sim, tanto numericamente quanto politicamente e, sobretudo, pela coerência que tem com os poderes populares que elegemos, com o governo Wagner e com o governo Dilma.

(Lê) *“Propomos que as políticas trabalhem com o bem-estar psicológico da população; saúde; educação; padrão de vida; cultura; resiliência ecológica; vitalidade comunitária; uso equilibrado do tempo; e boa governança.”*

É o que chamamos de felicidade interna bruta. Isso não é discurso vazio, é resultado de muitos estudos.

(Lê) *“O momento histórico representa a oportunidade da virada: de sair dos discursos e, efetivamente, praticarmos a inclusão social.”*

E aqui vale para todos, principalmente para nossos deputados:

(Lê) *“Que se valorize o trabalho e não o capital.*

Que a economia solidária não seja invisibilizada na relação com a micro e pequena empresa.”

Obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



0848-I

Ses. Esp.13/05/11

Or. José Santana

Combate à pobreza na Bahia e o papel do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A Sr^a PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Quero registrar a presença de Mara Moraes, chefe de gabinete da Sedes; Odiley Oliveira, diretor-administrativo do Sicoob Sertão -Pintadas; Manoel Bernardo Santos, presidente da Cooperativa Canore; Margarida Teixeira do Cras- Pintadas; Kildere Abreu, presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento Econômico dos Municípios Integrados; Sammy Gesteira Roiter, da Ascoob de Feira de Santana; de Dernival Epifânio, secretário de Agricultura de Pintadas; das entidades Coopa Ita – de Itaberaba, Copercuc, Redemoinho, Serin, CAR, Bioplan, Ecofabá, Nordeste Nutre, Instituto Pau Brasil, Corcomes de Candeias.

Continuando, convido José Santana, representante da Fetraf, para fazer uso da palavra.

O Sr. JOSÉ SANTANA:- Bom dia a todos e a todas. Gostaria de saudar a Mesa na pessoa de Neusa Cadore e dizer que para nós da agricultura familiar é muito importante um debate dessa natureza. A gente sabe que com o esforço do governo federal, do governo estadual já vem desenvolvendo e acho que uma sessão dessa natureza só contribui, cada vez mais, para nós consolidarmos a nossa luta.

Como várias pessoas já colocaram vários temas importantes, e é bom saudar os companheiros da Seta que estão aqui, nós da Fetraf, neste mês de maio fazemos a mobilização nacional, provavelmente em final de maio teremos uma audiência confirmada com a presidente Dilma Rouseff. Quero dizer que um dos maiores gargalos que temos hoje é a industrialização dos produtos, porque quando a gente industrializa os produtos a gente dá condições de agregação de valor para que exatamente a agricultura familiar seja viável e com possibilidade de grande produção.

Nós sabemos que esse é um problema político que grande parte dos companheiros do movimento às vezes quando se discute industrialização se discute poder a agricultura familiar se consolidar. E é neste momento principalmente que nós que vivemos na região



Oeste com uma grande disputa com o agronegócio... Eu sempre tenho brigado muito com os órgãos do governo, porque quando a gente fala em industrialização logo querem que a gente seja integrado ao agronegócio. E sabemos que precisamos organizar a nossa industrialização.

Por isso a importância da organização das cooperativas que vão dar as condições de os agricultores se organizarem, é através das cooperativas que a gente vai ter exatamente essas condições.

Não dá para vermos o governo federal colocar 16 bilhões à nossa disposição e nós não conseguirmos botar o Pronaf para funcionar porque estamos, em grande parte, com endividamento. E, aí, é bom que as iniciativas, como a das universidades, essa questão das incubadoras, é preciso que as universidades desçam mais para o interior e valorizem o que dizemos que são pequenas iniciativas, mas muitas vezes estão fazendo a diferença. E quanto falamos da coragem dos órgãos do governo em tomar essas iniciativas, eu quero aqui agradecer à companheira da Conab, Rose Pondé, que tem mostrado que, quando os órgãos do governo têm vontade política, somos capazes de nos desenvolver e dizer que temos a cooperativa e estamos desenvolvendo um o trabalho com o PAA e agora com o PNAE.

Temos aqui a presença de alguns prefeitos. Eu admiro como a maioria dos prefeitos não acreditam que a agricultura familiar tem capacidade de apresentar os produtos, e para dizer pra vocês que temos uma cooperativa que trabalha com 14 municípios no Oeste da Bahia, e nós, o PAA e o PNAE, não damos conta de comprar os produtos que a agricultura tem, mesmo de uma forma desorganizada.

E aí, Carlinhos, nós precisamos fazer uma relação muito forte, principalmente com alguns órgãos do governo que são estratégicos para nos consolidar. Nós estamos saindo daqui a pouco para um debate da câmara técnica das oleaginosas em Feira de Santana, temos que construir essa parceria do programa de biodiesel com a agricultura familiar, envolvendo com os outros produtos consorciados, porque isso dá uma certa consolidação ao nosso projeto.

E aí, Louro, um dos problemas fundamentais para nós é a questão da assistência técnica. Infelizmente, aí, nós precisamos avançar, porque infelizmente a maioria dos nossos técnicos ainda estão voltados para o agronegócio, e nós temos que discutir com as faculdades



de agronomia, não é a toa que, quando você pega um técnico que vem da Escola Família Agrícola, você vê que ele tem uma outra qualidade para entender o papel da agricultura familiar.

Então, nós temos que avançar com a as faculdades e por isso essa luta não pode demorar, e aí a vontade política dos órgãos do governo tem que voltar para a agricultura familiar, porque, ou fazemos isso com muita pressa, ou perdemos muito dinheiro, muito recurso, que está nas nossas mãos, mas nós estamos com dificuldade de transformar essas nossas ferramentas e fazer com que as nossas conquistas cheguem com mais rapidez.

Só para finalizar, nós sabemos que essa iniciativa que a presidenta Dilma Rousseff está tomando com a questão da erradicação do combate à pobreza, nós não podemos transformar isso numa questão assistencialista, mas mostrar que nós temos capacidade de produzir e fazer com que essa produção vá cada vez mais sendo qualificada e que possamos dar o retorno necessário para a agricultura familiar e para toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



0849-I

Ses. Esp. 12/05/11

Or. Eudes Xavier

Combate à pobreza na Bahia e o papel do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A Sr^a PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Queria registrar a presença dos integrantes do município de Inhambupe, representando a prefeitura, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do CODS Bacia do Jacuípe e de Josel Araújo Santos, vice-presidente do Partido dos Trabalhadores de Glória.

Dando seguimento, nós agora temos a honra de anunciar que vai falar o deputado Eudes Xavier, da Frente Parlamentar de Economia Solidária, pelo tempo de 15 minutos.

O Sr. EUDES XAVIER:- Bom-dia a todos e a todas, quero agradecer enormemente ao povo da Bahia na pessoa da nossa deputada Neusa Cadore, a quem nós agradecemos este espaço na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia para apresentar, neste tempo, os nossos desafios na economia solidária, conjuntamente com a agricultura familiar, dizendo logo que nós achamos, a certeza no mesmo campo, na mesma ideia, no mesmo projeto de sociedade que nós sonhamos, e não há felicidade no capitalismo, no nosso entendimento. Nós temos que conquistar, através das lutas, das organizações do povo e do poder popular.

Quero agradecer a todos os que aqui estão presentes e dizer que quem vem do Ceará tem uma paixão muito grande pela Bahia; agradecer a toda a equipe do mandato da deputada Neusa, que me recebeu ontem, a Julita, a Cláudia, Gilvana, Gleidson, Eduardo e colaborador, que me deram assistência logo na chegada, no bom papo baiano; agradecer a presença do nosso grande companheiro, deputado federal do PT, Luiz Alberto, que nos auxilia e nos dá, exatamente, a referência da Bahia e do povo baiano junto da Bancada Federal do PT.

Saudar o companheiro Helbert Oliva, superintendente de Economia Solidária, e aqui o faço em nome de todos os que representam o governo do Estado, é uma alegria. E com você lembramos também o companheiro Daniel Almeida, que comigo, na Comissão do Trabalho, debateu e fortaleceu o tema da economia solidária.



Em nome do governo federal, Jerônimo Rodrigues, que aqui representa outro baiano bom de luta e bom de trabalho, que é o nosso ministro Afonso Florence, ministro do Desenvolvimento Agrário; e ao presidente do meu partido, o companheiro Jonas, presidente do PT estadual. Eu devo a minha vida ao PT.

Quero apresentar a vocês, rapidinho, como é que nós trabalhamos na a Frente Nacional da Economia Solidária, no Brasil, em defesa da economia solidária no Brasil. Essa frente veio complementar muitos passos que a economia solidária já tem no Brasil. Primeiro, saudar o movimento economia solidária, que, sem governos, começou, no Brasil, a abrir essa grande marcha de desenvolvimento local, de superação da pobreza, quando a gente ainda não tinha governo municipal, não tinha governo estadual, tampouco governo federal.

Essa frente é lançada depois do marco legal no governo do presidente Lula, que foi a Secretaria Nacional de Economia Solidária, e depois do Conselho Nacional de Economia Solidária. Nós lançamos, em maio de 2007, a Frente Nacional em Defesa da Economia Solidária no Parlamento Brasileiro, com a assinatura de 200 parlamentares do Brasil inteiro. Na Casa, temos 513, e nós obtivemos 200 assinaturas. Ela nasce com o principal objetivo, que é fortalecer um marco legal no Parlamento através das leis do nosso Brasil.

Para exemplificar, nós temos três projetos de lei significativos, na Câmara dos Deputados, que depende muito de mobilização política, mobilização social dos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária.

Nós temos o projeto de lei da deputada Luiza Erundina, 93/2007, que trata, de forma específica, do conjunto das iniciativas de finanças solidárias dos bancos comunitários, das moedas de troca, dessa infinidade que é o mundo das finanças solidárias, em que muita gente não acredita, ainda, no Brasil, mas ele existe, ele é real. Quando nós estamos nas comunidades, sem a ausência da inclusão bancária, que é um direito, porque a inclusão bancária, na Constituição Federal, é um direito, como se tem um posto de saúde, uma escola. Portanto, os bancos, a rede de bancos do sistema financeiro não querem mais atuar nos pequenos municípios.

E aqui eu quero saudar fortemente, e quero aprender com o povo de Pintadas a experiência da cooperativa, que fortaleceu o desenvolvimento no município, e que é



referência, exatamente, para muitos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura e trabalhadores em geral. Isto porque quando se cria um instrumento econômico, isso que o professor Genaldo falou, você transforma, você disputa a hegemonia com aqueles que não querem que o povo mais simples, que o povo pobre tenha acesso às outras questões na sociedade capitalista.

Portanto, esse é um dos projetos de que eu sou relator, mas que tem discordância no governo. A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil fizeram um parecer dizendo, esse sistema de finanças solidárias vai concorrer com o sistema financeiro nacional, que para mim é uma idiotice. Somos exatamente aquilo que os bancos não querem fazer mais e queremos porque acreditamos no povo. É só olhar o Pronaf, é só olhar a capacidade de desenvolvimento de 1.500 reais para o pequeno produtor, a revolução que ele faz.

É só olhar os bancos comunitários de 200, 300, 500 reais, com as mulheres, as catadoras, enfim, todo povo que quer acionar a economia, também. Mas, não queremos só isso. Queremos chegar nos grandes financiamentos do BNDES. Os 23 milhões que a Unisol captou, que a Unicaps tem direito também de captar, enfim, queremos ter o acesso, também, aos grandes empreendimentos econômicos, por que não?

Queremos disputar nesta sociedade que não acreditamos, que é o modo de produção capitalista, mas queremos disputar, porque esse modo de produção, também, além dele ser anárquico, ele é contraditório. Portanto, é aí que entramos na disputa da sociedade capitalista. E tem outro projeto, que é do deputado Tarcízio Zimmermam, que hoje é prefeito de Novo Hamburgo, que fala do ato das cooperativas de trabalho. Este está posto na Mesa. Falta muito pouco para que a gente possa votá-lo. Penso que no final deste ano, a gente terá condições de votar.

Este projeto trata exatamente de combater as falsas cooperativas e dar acesso às cooperativas de economia solidária, disputar as contas públicas, disputar tudo que a lei pode proteger no cooperativismo. Portanto, esse é outro projeto de lei.

E agora, através deste movimento da frente parlamentar, e aqui já quero entrar por causa do tempo, com o projeto de lei número 865/2011, encaminhado a partir do Governo Federal. Este projeto quer dar visibilidade à micro e pequena empresa, e da forma que ele



chegou, Luiz Alberto, ele agrega, mas agrega muito mal as nossas iniciativas de economia solidária.

Portanto, nossos esforços de dialogar com o movimento da economia solidária, de dialogar com a micro e pequena empresa e com o Governo Federal, será no sentido de ampliar as condições nossas, dentro do projeto de lei que o governo nos enviou. Eu tenho a grata alegria de dizer a vocês que não tenho medo nenhum da divergência. Nós nascemos fazendo opiniões, nós nascemos, a esquerda brasileira, sonhando, debatendo entre nós o que tem de bom, o que queremos para o Brasil.

Portanto aqui, como relator do PL, tenho uma pequena diferença com um setor nosso, os foros brasileiros, na visão, mas não na tática, e não na estratégia geral que queremos. Na minha opinião, o projeto de lei, como está, não fortalece, na forma como veio, nem fortalece a micro e pequena empresa, nem fortalece a economia solidária. Ele precisa de ajustes, ele precisa da nossa visão concentrada e aqui vou deixar com a deputada Neusa Cadore uma proposta recebida pela Unisol, juntamente com outros companheiros das cooperativas de economia solidária, junto com o setorial do Partido dos Trabalhadores, que é uma contribuição com relação ao PL.

O que nós queremos? O Sebrae, já em Cuba e acompanha as experiências da micro e pequena empresas. A Senaes, com orçamento muito reduzido, muito aquém do que a gente pode dar suporte, acompanha as experiência de economia solidária. Queremos que o novo ministério possa amparar, de forma equilibrada, de forma igual, as duas experiências de geração de trabalho e renda no Brasil.

É mais fácil criar um emprego ou vários empregos na micro e pequena empresas, do que na grande empresa. A grande empresa quer terraplanagem, a grande empresa quer isenção de impostos, a grande empresa quer tudo de infraestrutura. Para abrir um mercadinho em Pintadas ou em qualquer bairro em Salvador, muitas vezes uma iniciativa da família, você tem muito pouco custo do estado brasileiro para ajudar essas iniciativas.

É com isso que queremos dialogar.

Achamos também, não é uma coisa linear, mas em alguns locais nós da economia solidária dialogamos com micro e pequeno no Brasil. Vou dar um exemplo, a nossa moeda



social do Banco Palmas do conjunto Palmeiras é trocada no posto de gasolina ou no mercadinho do bairro. Essa interlocução nossa com micro e pequeno existe quando é organizada, principalmente animada por nós. Muitas das experiências nossas de incubação de empresas, como é a Palma Limpe no conjunto Palmeiras, uma empresa de jovens, que criou para, exatamente, atacar o mercado de produto de higiene, foi incubada, trabalhada na sala do Sebrae.

Em alguns momentos, ele não é linear, não é igual em todo o canto, mas dialogamos. Isso não quer dizer que não somos diferentes. Somos diferentes, sim. Até na economia solidária, temos diferença, somos diversos. Um clube de troca não é igual a uma feira de economia solidária, porque tem a sua especificidade. Não dá para comparar hoje o avanço da UniSol, Unicap, com um grupo pequeno ainda de produção. Chamamos de grupos de produção solidários, porque ainda não tem nem o CNPJ, como o nosso companheiro do fórum falou, mas isso não quer dizer que não poderemos imprensar o nosso governo.

É neste governo que teremos as oportunidades de dizer: “Nós vivemos no Brasil.” Somos 2 bilhões de pessoas na economia solidária e quase 22 mil empreendimentos de economia solidária no Brasil inteiro. Isso no último cadastro que realizamos, que está vencido. Hoje, não tenho dúvidas, somos muito mais de 4, 5 milhões de pessoas e muito mais de 22 mil empreendimentos solidários. Estamos na economia atual brasileira.

O meu sonho, e todos nós aqui sonhamos, é que, no PL, a gente possa dizer: “Queremos que o Senai tenha o mesmo que o Sebrae.” Se não chegar a ter o mesmo orçamento do Sebrae, pelo menos a metade do que o Sebrae tem hoje. Não tenho dúvida, se o Senai tiver a mesma dotação orçamentária que o Sebrae tem, iremos ocupar este Brasil de ponta a ponta, porque as nossas iniciativas têm três aspectos que, às vezes, a micro e pequena empresas não têm. Primeiro, somos coletivos, somos associados, não somos individuais. Segundo, temos um outro projeto de sociedade, que é uma sociedade em que todos possam ter felicidade, principalmente a classe maior, que é a classe dos trabalhadores. Não focamos na má valia, focamos num resultado coletivo dos empreendimentos solidários que construímos de forma alto gestonária e consciente. Não trabalhamos de forma alienada, queremos e conhecemos a produção de ponta a ponta, da linha, da calça, da blusa. Não só



fazemos a frente da blusa, temos um conjunto de realidade na produção. Isso nos dá a diferença e nos dá a animação de dizer que disputaremos na hegemonia um novo local para que a gente possa daqui mais para frente construir um ministério popular só nosso, como a Venezuela tem e como outros países têm.

Queremos abrir o coração com todos os que estão no fórum da economia solidária do Brasil inteiro. Se o governo recuar da negociação, aí, sim, poderemos dizer e afirmar que o nosso lugar não pode ser no novo. Agora, estar como estamos é desigual para nós. Cinquenta milhões no Ministério do Trabalho não significam nada. Ainda não temos – para concluir- o financiamento, que é crédito, assistência técnica, a capacitação na formação e na educação diretamente aos empreendimentos. Temos que fazer um protocolo com a Cáritas ou com qualquer UNG, para que se chegue aos grupos produtivos nas periferias. Queremos direto. Queremos departamento que dialogue com os grupos populares ainda não com CNPJ, como a agricultura familiar conquistou o Pronaf ampliado.

Queremos, por fim, dizer que nesse período vamos apresentar na Câmara dos Deputados, na audiência pública do dia 17 sobre o PL, já estou convidando a deputada Neusa e os demais; nessa audiência iremos tratar especificamente do projeto de lei 865. E vamos apresentar na LDO um projeto parecido com o Pronaf para o programa de desenvolvimento da economia solidária. E vamos agora também apresentar, e aí eu vou encerrar, uma comissão permanente na Comissão do Trabalho e Serviço Público da Economia Solidária para que a gente possa conquistar mais espaço naquela Casa.

Por fim, meus amigos e amigas, quero terminar, perdoe-me, permita-me, deputada, dizendo que caminhamos muito juntos no pensamento estratégico brasileiro: tanto os marxistas quanto os cristãos são duas utopias belas e perigosas, uma se alimenta no reino de Deus e a outra se alimenta do sonho do socialismo. Portanto, tenho certeza absoluta de que a agricultura familiar e a economia solidária ainda darão a esse país muitas alegrias, a partir da sua luta, da sua certeza de que só com luta a gente conquista.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



0850-I

Ses. Esp. 12/05/11

Or. Luiz Alberto

Combate à pobreza na Bahia e o papel do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Muito obrigada, deputado.

Dando prosseguimento, vamos dar a palavra, para uma saudação rápida, ao deputado federal Luiz Alberto

O Sr. LUIZ ALBERTO:- Boa-tarde a todos. Quero saudar a Mesa em nome da nossa companheira Neusa Cadore.

Depois que o nosso comandante Eudes Xavier falou, já me considero contemplado com todas as observações e reflexões que ele fez e com todos os companheiros e companheiras que também se posicionaram anteriormente.

Queria saudar os representantes dos movimentos sociais na figura dos combativos companheiros da CETA que estão em luta. E é isso que a gente precisa, de muita luta, Eudes, para que possamos mudar a realidade desse país.

Deputada Neusa, nessa legislatura, em Brasília, houve uma chuva de frentes parlamentares. Algumas delas são frentes que têm determinados significados – quero saudar Jonas Paulo, nosso presidente do Partido dos Trabalhadores –, frentes parlamentares que revelam o embate ideológico que travamos nessas Casas, seja aqui na Assembleia Legislativa, seja lá na Câmara dos Deputados. E no caso específico da Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária da Agricultura Familiar, sabemos o embate que vamos ter com o poder econômico muito bem representado, do ponto de visto numérico e de peso político na Câmara dos Deputados e aqui na Assembleia Legislativa.

Na madrugada de ontem, quem acompanhou o debate sobre o Código Florestal sabe o embate político-ideológico que estamos travando, porque pela lógica do agronegócio eles querem desmatar tudo para avançar nas fronteiras do que eles chamam do grande agronegócio e fazem a propaganda de que na balança comercial brasileira eles têm um peso específico muito grande. Pergunto: com esse peso específico do grande agronegócio por que ainda persiste dentre o nosso povo milhares e milhares de pessoas passando fome? Não fosse



isso, avançamos bastante no nosso governo, tanto no governo Lula e agora no governo da presidenta Dilma, mas precisamos avançar mais.

E aí o papel que cumpre as frentes parlamentares não é só viabilizar projetos para aprovar leis que melhorem as condições do nosso povo, mas também fazer o debate ideológico, empoderar os nossos companheiros e companheiras para dizer o seguinte: não queremos só que a agricultura familiar, que a economia solidária, que o comércio justo, se estabeleça dentro de uma sociedade capitalista que, na prática, vai continuar sendo comandada pelo grande capital. Precisamos fazer tudo isso e avançar na perspectiva de uma outra sociedade em que os trabalhadores e as trabalhadoras tenham vez e voz e comandem os destinos do nosso País.

Por isso, acho importante e quero parabenizar aqui a última jornada do MST e essa jornada dos companheiros da Ceta. Todo mundo viu como a grande mídia atacou o nosso governo aqui da Bahia, porque criou uma pequena infraestrutura para dar apoio a reivindicações do Movimento dos Sem Terra. E eu pergunto: quanto este Estado brasileiro já deu e continua dando apoio ao grande capital para continuar acumulando cada vez mais? Nós temos que enfrentar o debate através desses instrumentos que nós enfrentamos, o debate político e ideológico, tanto aqui na Assembleia quanto lá, em Brasília, no Congresso Nacional.

Um abraço a vocês, parabéns, companheira Neusa Cadore e deputado Eudes Xavier. Nós estaremos lá, quero dialogar com os companheiros do fórum baiano da economia solidária, porque a fala do Eudes demonstra o seguinte: nós não precisamos nos colocar em campos opostos. Estamos do mesmo lado, no mesmo campo. Precisamos debater, criar condições e avançar porque do lado de lá temos que enfrentar o grande capital, e não deflagrarmos uma luta ente nós mesmos. Temos divergências, procuramos pontos de equilíbrio para avançar na nossa perspectiva, consolidar o nosso governo e avançar cada vez mais.

Um abraço, sucesso a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)



0851-I

Ses. Esp. 12/05/11

Or. Helbeth Oliva

Combate à pobreza na Bahia e o papel do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A Sr^a PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Queria conceder a palavra a Dr. Helbeth Oliva, superintendente de Economia Solidária da Bahia.

O Sr. HELBETH OLIVA:- Bom dia a todos e a todas, meus camaradas. Quero cumprimentar especialmente meu querido amigo, deputado federal Eudes Xavier, com o qual partilhamos de momentos bastante interessantes de diálogos, convergências, debates sobre o tema da economia solidária. E quero cumprimentar também a minha companheira Nereide Sagala, lá de Pintadas, e ao cumprimentar essas duas figuras; uma componente da Mesa, outra membro deste Plenário, cumprimentar a todos, sintam-se cumprimentados.

Falar desse tema é absolutamente importante para tratarmos das questões que mobilizam a sociedade hoje. Antes de começar a falar, quero também trazer o abraço do secretário Nilton Vasconcelos, que não pode estar presente e por isso mesmo estou representando o secretário nesse instante.

A fala do companheiro, amigo, colega de turma, Lourival Gusmão, me contemplou bastante. Essa sociedade que está aí colocada para promover o desenvolvimento do modo de produção capitalista, está provado, escaldado, que se esgotou. Este modelo de desenvolvimento posto na ordem do dia, está provado que é incapaz de atender aos reclamos daqueles que foram sempre preteridos do processo de desenvolvimento. Uma massa hoje, por dados oficiais, de excluídos na Bahia, de dois milhões e quatrocentos mil pessoas que estão em situação de extrema pobreza, ou seja, aqueles que recebem abaixo de R\$ 70,00 de salário por mês para prover educação, saúde, vestuário, abrigo para as suas famílias. Isso é de uma iniquidade absoluta. E não é esta a forma de condução do desenvolvimento de um País que vai ser capaz de responder a essa dificuldade objetiva.

Meus companheiros, minhas companheiras, esse instante onde se materializa a frente parlamentar da agricultura familiar da economia solidária da reforma agrária, é um instante precioso para este Estado. Mas, disse Lourival, com muita propriedade que não



adianta construirmos uma frente parlamentar, comemorarmos e festejarmos. É esse o nosso momento da festa, mas aqui não é só o momento da festa. Aqui é o início de uma jornada absolutamente trabalhosa para nós construirmos uma sociedade diferente dessa que lega às pessoas, à grande maioria da população baiana e brasileira tão poucas oportunidades de sobrevivência. Portanto, é preciso construir pautas para que também a gente construa uma sociedade fraterna, generosa e solidária.

Não é possível continuar a fomentar um desenvolvimento que se alimenta, nutre-se do exército de reserva de miseráveis, porque é esse exército de reserva de miseráveis que gera mão de obra barata para baratear a economia. E vocês que estão aí não podem continuar sendo esse exército de reserva. Meus companheiros e camaradas da Economia Solidária, vocês não podem continuar sendo preteridos do processo de desenvolvimento para serem exército de reserva de algo tão iníquo como é o modo de produção capitalista.

Portanto, quero, aqui, aproveitar essa oportunidade para desafiá-los a buscarmos e lutarmos juntos por um mundo mais justo e solidário. E podem ter certeza que dentro do aparato de governo, hoje, na Bahia vocês encontram espaços para conquistar e para juntos trilharmos esse caminho de busca.

Estamos elaborando um programa dentro do governo do Estado chamado Programa de Inclusão Produtiva. Está aqui o deputado Carlos Brasileiro, que tem trabalhado com intensidade na construção desse programa como secretário de Desenvolvimento Social. Estamos construindo um programa exatamente para buscar um caminho diferente, de convergência, de protagonismo de todas as instâncias de governo para que façamos uma proposta diferente dessa e construirmos um marco civilizatório capaz de responder às questões que estão postas na ordem do dia.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



0852-I

Ses. Esp. 12/05/11

Or. Carlos Brasileiro

Combate à pobreza na Bahia e o papel do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Muito obrigada, Dr. Helbeth.

Agora passamos a palavra ao secretário Estadual de Desenvolvimento Social, nosso companheiro Carlos Brasileiro, que aqui representa o governador Jaques Wagner.

O Sr. CARLOS BRASILEIRO:- Bom dia a todas e a todos.

Em primeiro lugar, quero afirmar que é um prazer estar aqui, nesta sessão, representando o governador Jaques Wagner e também a Secretaria de Desenvolvimento Social para a qual fui convocado por esse governo que se instaurou há quatro anos e mais alguns meses desse segundo mandato, para cumprir essa tarefa difícil, mas, ao mesmo tempo, muito gratificante e estimuladora, de enfrentar os desafios postos para a Bahia e para a nossa pasta, de poder diminuir e erradicar a pobreza existente em nosso Estado.

Quero saudar a proponente da sessão, a deputada Neusa Cadore, que tão bem representa os movimentos sociais da agricultura familiar e da Economia Solidária. Parabenizo-a pela sessão, e quero dizer que a Sedes está trabalhando na direção de construir outras formas de ação para que a gente enfrente essa realidade, como foi tão bem dito aqui por outros oradores, que já não tem o poder de solução que realmente se espera. E é por isso que mais adiante vamos falar de algumas ações que a Sedes está desenvolvendo para enfrentar esse comportamento novo.

Quero saudar Jerônimo Souza, secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário, aqui representando o companheiro, e baiano, Afonso Florence, e dizer que lhe desejamos muito sucesso. Que Deus o inspire para que o seu espírito esteja sempre elevado, porque o nosso público carece de muita disponibilidade e muita determinação para poder resolver os problemas que o afligem.

Quero saudar o deputado federal Luiz Alberto, que acaba de sair, mas deixou uma mensagem de muita esperança para nós; o Sr. Deputado Federal pelo Estado do Ceará, Eudes Xavier, da Frente Parlamentar da Economia Alimentar, obrigado por ter vindo ao nosso



Estado, pela sua fala, pela sua luta diária e perene no Congresso; Sr. Superintendente de Economia Solidária da Bahia, na Secretaria de Trabalho Emprego e Renda, Helbeth Oliva.

É nessa direção mesmo que estamos trabalhando para que os outros órgãos do Estado da Bahia convirjam para uma direção, senão única, mas pelo menos próxima de um conjunto de ações. E nós da Sedes já estamos trabalhando na criação de comitês e comissões, em particular do Bolsa Família, porque não entendemos como enfrentar a questão da extrema pobreza e da pobreza da Bahia sem isso.

Recentemente, infelizmente, fomos contemplados com essa margem tão triste e negativa. Mas esse quadro é fruto, como já foi falado por outros oradores, da concentração da renda, da indústria do carro-pipa, da indústria do analfabetismo que este Estado construiu, pelo menos, durante 30 anos.

Precisamos criar esses comitês, essas comissões, a fim de, em conjunto, encontrarmos novos caminhos para enfrentar com muita valentia e determinação essa situação em que nosso Estado se encontra.

Quando eu aceitei o convite do governador, que, na verdade, foi mais uma intimação, eu sabia dos desafios que íamos enfrentar. Ao chegarmos à Sedes tomamos conhecimento daquilo que foi reproduzido com grandeza pelo companheiro Valmir e pela companheira Arani. Foram grandes os avanços que aconteceram na Sedes durante o governo Jaques Wagner.

Mas tomei conhecimento de outros tantos desafios que temos de enfrentar, pois ainda não conseguimos alcançá-los. Daí o resultado do IBGE que nos traz o convite para um trabalho diário e incessante, que não se contará se são 10, 12, 14 horas ou coisa do gênero.

Então, quero dizer-lhes que a Sedes está construindo incessantemente a intersetorialidade. Mas não apenas como filosofia ou como algo que já está escrito – até porque já está escrito há muito tempo –, e sim no convencimento de outros setores governamentais, de outros secretários de Estado e de órgãos que servem a essas secretarias quanto à importância de discutirmos políticas públicas juntos. Isso é fundamental para que não haja, lá adiante, a possibilidade, que acho muito triste, de se buscar o padrinho da criança ou o pai da ação. Ora, a pobreza não tem de ter padrinho! Tem de ter, sim, pessoas que



agarrarem com determinação essa missão e façam com que essas ações cheguem às pessoas que esperam, há muito tempo, atitudes do Estado brasileiro.

Continuando, quero saudar agora o Sr. Lourival Gusmão, delegado federal do Ministério Agrário da Bahia.

Que bom você ter dito, mestre – você é realmente o nosso mestre de tantos posicionamentos –, que tem de haver um plano de ação. Não podemos fazer ações de combate à pobreza pontuais, em que um secretário faz uma ação ali; outro, acolá. É preciso entender que foi uma determinação do governador Jaques Wagner, que criou o Fundo de Combate à Pobreza no Estado da Bahia.

É preciso perceber que esses recursos atendem à demanda de várias secretarias. Então eles têm de passar pelo crivo, pela lógica e pela análise de que o público alvo é aquele que está no cadastro único do Bolsa Família. Mas, infelizmente, ainda não se observa o cadastro único como uma única fonte para se dirigir as ações para se combater a pobreza.

Talvez por isso – mesmo o governo Jaques Wagner tendo elevado, em 4 anos, 1 milhão e 300 mil pessoas que passavam fome a um estado de segurança alimentar; mesmo tendo tirado 1 milhão e 800 mil baianos de um estado de pobreza, elevando-as a um grau melhor economicamente falando – não tenhamos conseguido números maiores. Provavelmente porque estamos trabalhando de maneira muito ramificada, sem o direcionamento preciso para os territórios, para as ações, principalmente, no Semiárido baiano.

Quero saudar o professor Genauto França. Não vou usar do seu expediente, professor. Achei seu pronunciamento muito inteligente, além da sua fala sempre eloquente, sempre muito profunda. Mas estou quase terminando e vou tentar ser mais breve. Gostei muito da sua fala. Parabéns!

Quero saudar o Sr. José Santana, representante da presidente nacional da Fetraf, Elisângela Araújo, a professora da Uneb, Dr^a Ronalda, e a Sr^a Dinorá Lobo. Acho que já se ausentou.

Dizia ela que para nós do governo - e em particular para mim, como membro deste governo que fez tantas coisas positivas para a Bahia, mas tem de fazer muito mais - é



importante a cobrança da reestruturação de qualquer um na busca incessante de que os profissionais, os técnicos de cada área tenham cada vez mais força e mais instrumentos de trabalho. Isso não nos incomoda nem nos aborrece. Ao contrário. Acho que tem de ser essa cobrança constante, perene e com conteúdo para que o nosso governo, a cada dia mais, também se reestruture na condição de atender às demandas.

Quero saudar o Sr. Diogo Rego, representante do Fórum Baiano de Economia Solidária, o Sr. José Paulo Crisóstomo, e o companheiro Zé Paulo, que ali está. Vou chamá-lo de Zé Santana.

Além dos comitês, só para reforçar, nós vamos chamar a sociedade civil organizada tão logo os definamos como órgãos inerentes à ação de combate à pobreza no Estado da Bahia para que vocês também se agreguem a cada um deles, porque entendo que os senhores são representantes das sociedades organizadas que conhecem de perto a realidade do nosso povo e da nossa Bahia. Assim poderemos realmente levar informações para o Inclusão Produtiva, que inclusive está sendo construído pelo governador Jaques Wagner, para que possamos ter um programa que vá diretamente à ação e com mais rapidez para aqueles que mais precisam.

Não vou me alongar. Peço desculpas pela ausência, mas vou chamar aqui a companheira Mara Moraes, nossa chefe de gabinete, para que haja neste debate uma pessoa que conhece com muita profundidade a realidade da pobreza neste Estado que construiu o Fundo de Combate à Pobreza. Essa senhora dará, com certeza, um enriquecimento maior do que a minha fala, que às vezes deixa de ser muito técnica para ser política. Acredito que o momento é para termos números e dados que nos ajudem a encontrar os caminhos para nestes 3 anos e meio que nos restam, enquanto dura o mandato do governador Jaques Wagner, não sair mais na matéria do IBGE ou em coisa do gênero que somos o Estado campeão da pobreza neste Brasil. Quem sabe um dia estejamos lá no 15º ao 20º lugar nessa questão?

Muito obrigado e um bom-dia a todos!

(Não foi revisto pelo orador.)



0853-I

Ses. Esp. 12/05/11

Or^a Mara Moraes

Combate à pobreza na Bahia e o papel do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A Sra. PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Concedo a palavra a Sra. Mara Moraes pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a MARA MORAES:- Bom-dia a todas e todos! Quero saudar a Mesa na pessoa da guerreira deputada Neusa Cadore e também os companheiros de Plenário. Parabenizo-a, deputada, por trazer à Casa do Povo todas essas pessoas, esses rostos e figuras tão conhecidas neste Estado por aqueles que realmente lutam pela erradicação da pobreza.

Os meus parabéns também pelo tema Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza, porque entendemos que não se deve pensar a pobreza só pelo viés do desenvolvimento ou só pelo viés da sustentabilidade. Senão é lamento, e o lamento não traz a força motriz necessária para que transformemos essa realidade.

Isso porque hoje nós sabemos que a pobreza não é inerente às características naturais das pessoas. Durante tanto tempo nos fizeram crer nisto: é pobre porque é preguiçoso, porque não batalha, porque é filho de pobre, e aí vai. Sabemos que a pobreza é inerente, é orgânica, vem das escolhas políticas, sociais e econômicas que uma sociedade faz ao longo da sua história. A pobreza é uma construção social. E, se ela é uma construção social, a sua desconstrução também é social.

Deputado Eudes, quero aproveitar para, de público, agradecer pela forma como o seu gabinete se disponibilizou lá em Brasília quando nós, aqui da Bahia, estávamos fazendo uma peregrinação para prorrogar o Fundo Nacional de Combate à Pobreza, já que o fundo estadual já estava prorrogado. Entendemos que não basta falar da pobreza se não pensarmos nas fontes de financiamento para as ações que irão mitigar essa realidade.

Quero trazer um pouco do cenário que, com tanta competência, o nosso Secretário sintetizou aqui na Bahia. Quando pegamos esse cenário de pobreza, a Bahia tem o sexto PIB entre todos os Estados que compõem a Federação; só seis Estados produzem mais riquezas que nós, mas somos o Estado que detém o maior número dos extremamente pobres.



O número dos extremamente pobres daqui, professor Genauto, o total de famílias extremamente pobres na Bahia é três vezes maior do que o total da região Centro-Oeste, é duas vezes maior do que o total da região Sul, é maior do que da região Norte.

De um total de 14 milhões, companheiros, que integra a população deste Estado, oito milhões de pessoas estão no cadastro único, 58%. Desses, 60% tem até 29 anos de idade, são jovens; 85% são negros e, na zona rural, 56% não tem, sequer, 4 anos de estudo.

Se olharmos as famílias pobres da Bahia, deputada, de um total de 2,5 milhões de famílias que integram o cadastro único, 1,7 milhões de famílias têm renda *per capita* de até 70 reais. Dentre essas, 1,3 milhões são famílias com mais de três membros; 1,2 milhões são chefiadas por mulheres; 690 mil famílias são monoparentais, chefiadas por mulheres, ou seja, só tem a renda da mãe para o sustento da família. Dessas, 396 mil famílias têm crianças de 0 a 6 anos, na primeira infância, quando a alimentação e tantos outros elementos são determinantes para o desenvolvimento de uma sociedade.

Esse é um cenário que poderia desafiar um rosário de razões. À primeira vista, quando olhamos, dá um desalento ao gestor público. Só que esse cenário era bem pior; a Bahia vem melhorando, gradativamente, a cada ano na questão da superação da pobreza. E por que? Nós, baianas e baianos, brasileiras e brasileiros, conseguimos colocar na Presidência da República alguém que entendia o que é ser pobre e tem compromisso com isso. (Palmas!) Da mesma forma fizemos aqui na Bahia, quando colocamos para governar este Estado alguém que sabe o que é pobreza.

Os números que o nosso Secretário colocou há pouco, foram 940 mil pessoas que saíram da pobreza, foram 1,3 milhões de pessoas que saíram do flagelo da fome. Saímos de 240 CRAS para 552. CRAS é o Centro de Referência da Assistência Social, que significa espaço para detectar violação de direito e procurar dar para essas famílias acesso aos seus direitos.

Vemos que a Bahia vem, cada vez mais, melhorando. E por que vem melhorando? Isso é o mais importante para nós. Se entendemos que a pobreza é uma construção social e a sua superação também é uma construção social, combater a pobreza só será possível no momento em que convergirem o esforço de uma gestão pública que formule suas políticas,



crie seus programas e faça seus projetos a partir da real necessidade da população, e uma população que se organize em associações, em cooperativas, em movimentos para levar a essa gestão pública suas reais necessidades. Assim, avançamos.

É nisso que a Sedes vem pautando a sua atuação, em construir espaços colegiados de pactuação em torno do que deve ser feito; espaço onde a forte e sensível escuta da sociedade estará garantida, a começar pelo programa Bolsa-Família. É preciso que a gente traga para dentro da Comissão de Gestão do Bolsa Família a Fetraf, a Fetag e outras instituição, para que possamos construir um perfil do pobre. Quem é esse pobre? Em que condições ele vive? E como, a partir daí, construiremos as políticas necessárias ao seu enfrentamento? E aí, prezado representante do ministro Afonso Florence, a parceria com o MDA é fundamental, porque quando analisamos que no nosso País, dos 160 milhões de brasileiros que vivem na zona urbana, 8 milhões estão extremamente pobres, ou seja, 5%. E quando analisamos que dos 28 milhões de brasileiros que vivem na zona rural, 7 milhões estão na extrema pobreza, ou seja, 25%. Então, não dá para pensar uma política de desenvolvimento sustentável que não alcance prioritariamente esse universo rural.

Nós, do Cedes, nos disponibilizamos, estamos, aqui, para construir essa parceria forte com os companheiros do Estado que trabalham na agricultura familiar, com os companheiros que trabalham na questão da geração de renda urbana, companheira Ronalda e companheiro Helbert, e os nossos parceiros da MDA.

Muito obrigada. (palmas)

(Não foi revisto pelo oradora.)



0854-I

Ses. Esp. 12/05/11

Or. Jerônimo Souza

Combate à pobreza na Bahia e o papel do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A Sra. PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Quero registrar as presenças da vereadora de Salvador, Marta Rodrigues; e de Matheus Martins, articulador do Codes de Jacuípe, nosso território.

Dando seguimento à sessão, vamos finalmente ouvir o MDA. Com a palavra Jerônimo Souza, secretário de Desenvolvimento Territorial, que aqui representa o ministro Afonso Florence, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. JERÔNIMO SOUZA:- Obrigado, deputada. Bom dia a todos e a todas. (pausa) Bom dia, gente! (A plateia responde:- Bom dia!). É com muita satisfação que estou, aqui, representando o ministro Afonso Florence – já já eu justifico o motivo pelo qual ele não pode comparecer a esta sessão especial -, mas trago uma mensagem tão especial quanto a sessão, pelo momento histórico que acontece, por este debate e pela presença marcante das pessoas e entidades que estão, aqui. Quero, deputada Neusa, em seu nome, parabenizar esta Casa e aos deputados estaduais que passaram por aqui e os que ainda estão aqui, a exemplo dos deputados Marcelino Galo, Fátima Nunes, Bira Corôa e Zé Neto. Em nome de vocês quero saudar todos os deputados estaduais da Bahia.

Quero fazer uma saudação breve à Mesa, para ganhar tempo nos meus 10 minutos. Quero saudar a Bancada Federal, deputado Luiz Alberto que acabou de sair, e dar as boas vindas e agradecer, em nome da Bahia, ao deputado federal Eudes pelo papel que o mandato dele tem oferecido aos movimentos sociais não só do Ceará, mas de todo o Brasil. O mandato dele conseguiu extrapolar o Nordeste e o Brasil nesta temática. Quero saudar a academia. Neste momento estratégico, deputada Neusa, inteligentemente, os movimentos da agricultura familiar e da economia solidária têm trazido para o seu caldeirão as universidades. Inicialmente, trabalhamos, professor Genauto e professora Ronalda, de uma forma muito afastada da academia. A academia teve um papel muito importante de afastar esse debate daquelas casas, mas existem pessoas que estão lá comprometidas. Trabalhamos



com o campo das pessoas, não com o campo institucional, e aguardamos que a participação de vocês possa incubar uma nova universidade que possa vir fortalecer esse debate.

Saúdo o governo do Estado, na pessoa da Dra. Mara Moraes, que representa o secretário, do secretário Carlos Brasileiro, que representa o governador Jaques Wagner, e de Helbert Oliva, que representa o secretário do trabalho e trata diretamente com a temática da economia solidária. Saúdo o Lôro, meu companheiro de Ministério, e os movimentos sociais. Temos, aqui, Zé Paulo da Unicafe, que tem um papel importante, é um baiano importante na luta nacional pela implantação da economia solidária e da agricultura familiar; Alder, que representa a Fetraf; e Diogo, que representa o Fórum da Economia Solidária. Temos ainda ainda plateia pessoas importantes, o Libanilson, pessoal da CETA.

Em nome de duas pessoas eu queria saudar a plateia, o meu presidente, Jonas Paulo, e minha presidenta do Diretório Municipal do meu partido, a vereadora Marta Rodrigues.

Queria falar que é o momento de “ressignificação”, isto é, dá um novo significado, se assim posso dizer, às temáticas que estão posta à Mesa: a economia solidária, a agricultura familiar e o debate sobre a pobreza.

Dentre os temas centrais daquele caldeirão de Brasília, eu destacaria cinco e os relacionaria com este momento do cenário da Bahia. Está havendo desde abril e vai até junho as marchas dos movimentos sociais em Brasília; O Abril Vermelho, O Grito da Terra, e todas as entidades que estão indo a Brasília apresentar pauta ao governo federal para que possa ser discutida durante a ordenação e organização do PPA 2012/2015. Isso tem trazido para o seio do MDA uma responsabilidade muito grande.

O MDA é o espaço, é a casa dos movimentos da agricultura familiar, e por isso os ministros Gilberto e Afonso Florence foram delegados pela presidenta Dilma Rousseff para tratar das pautas do desenvolvimento rural no âmbito do governo federal. Por conta disso, este tema tem trazido à tona a presença do ministro Afonso Florence mediando o debate entre os movimentos sociais e o governo federal como um todo.



Além da marcha dos movimentos sociais, está havendo a marcha dos prefeitos. Brasília está, realmente como se diz, uma expressão muito forte das reivindicações. E neste momento os prefeitos estão pautando suas demandas.

Estamos na fase de construção do PPA, por isso é importante esta sessão plenária. O PPA, na Bahia, está tendo a dimensão territorial, isso é histórico no Brasil e em nível federal com duas vertentes; uma interna ao governo federal, onde todos os ministérios estão a partir dos macrosdesafios designados pela presidenta Dilma Rousseff, nós estamos discutindo qual o olhar dos ministérios para montar o PPA 2012/2015. Para nossa alegria a temática da agricultura familiar, tão necessária de ser debatida, está sendo assumida sob três temas. Agricultura familiar é o tema central no debate do PPA; a reforma agrária, que precisa, realmente, ser pautada com mais fervor, não se combate a pobreza e não se promove o desenvolvimento rural sem a reforma agrária; e o terceiro tema, que é o tema da territorialidade.

Este ano, o território de desenvolvimento rural está sendo o tema central do PPA da União. Então, o PPA está ocupando um espaço importante em nossa agenda. O outro, muito bem colocado por diversos oradores e pela companheira Mara, sobre a elaboração do Programa Brasil Sem Miséria, assim denominado para não ficarmos tratando com a ideia da pobreza extrema.

Estamos tendo um debate quente sobre o Código Florestal, e há uma ressalva, pois a sociedade brasileira não tem, deputado Eudes Xavier, espaço devido para debater, ou melhor, não houve tempo para se discutir o Código Florestal. O mesmo está passando à revelia da sociedade. Poucas pessoas estendem o que significa a votação, no Congresso Nacional, de um Código Florestal. Nós passamos à mercê de um conjunto de temas, inclusive, da denominação e do conceito de agricultura familiar. Qual o tamanho da propriedade; qual o conjunto de conceitos que por ventura nós tanto discutimos, mas não aprofundamos esse debate.

Os movimentos sociais estão lá representados, dialogando com o Congresso Nacional, mas de uma forma muito unilateral.



Queria fazer um apelo. Está ali o meu presidente, que não me deixa negar. Nós tivemos, no final do ano passado, aquela disputa travada entre dois projetos de Brasil. Um que dizia, claramente, sobre a continuidade, ampliação e reforço da democracia neste País, outro que desmanchava tudo aquilo que construímos ao longo de todos os movimentos sociais.

A pressão continua. Faço aqui um apelo para que os movimentos continuem fazendo manifestações em defesa de um Brasil democrático, mas digo a vocês que a pressão sobre a presidente Dilma não está fácil, seja no campo do agronegócio, seja no campo dos bancos. Essa conversa de inflação neste momento é um debate estratégico para nós. Talvez não estejamos entendendo o que significa debater inflação neste momento, não entendemos muito de economia, professor Ginaldo. Os números que são apresentados na televisão e nos jornais não permitem a gente significar nossa ação com outro tema.

O pano de fundo não são apenas os números da inflação. O pano de fundo é o modelo que a Dilma vai implantar neste País, é o modelo que está colocado. A briga é de foice entre os bancos e a nossa presidente. A gente não discute isso, deputada Fátima. Então, a gente fica à mercê de um processo. Faço um apelo para que, neste momento, a gente tente fazer um debate mais amplo para que venhamos a entender a situação que o Brasil está passando. O movimento contrário a um Brasil democrático, a um Brasil sem miséria, vem de outra forma. Não pense que essa conversa de combate à pobreza é tranquila. Ela mexe com os interesses de um Brasil diferente. (Palmas)

Então, saúdo o mandato da deputada Neusa e dos deputados que estão nesta construção de um espaço mais reforçado, porque para nós isso é histórico a cada passo que damos. A invenção do MDA, o MDA foi um ministério inventado pelos movimentos. Temos dois ministérios que lidam com o rural, um do agronegócio e outro da agricultura, tem o cultura no meio. Cultura tem para a gente um significado importante de juventude, de mulheres, de quilombos. Cultura tem a ver com movimentos culturais de rezas, comidas, temperos, e nós precisamos entender isso. O Brasil não deve traduzir o rural como sendo um espaço só de negócios, pode até ser de negócio, nós precisamos de divisas para este País, mas



o rural não é negócio. O Brasil e o rural do Brasil é um lugar para que as pessoas vivam felizes, um Brasil rural de gente feliz.

Então, nesta concepção de Brasil rural feliz, quero pedir a permissão já que tantas pessoas trataram tão bem esse fato da economia solidária, para ir um pouco para o rural, para a agricultura familiar. O conceito de agricultura familiar tem sido inovado a cada tempo, nós dizíamos que era a ideia da relação e da importância de um mundo rural empoderado, participativo. Hoje, no debate da sustentabilidade mundial, a agricultura familiar, além de produzir 70%, um pouco mais disso, de comida para a mesa do povo, de alimento, tem o significado de abastecimento.

Então, nós precisamos avançar no que estamos chamando de agricultura familiar. Precisamos tratar da agricultura familiar com o seu devido valor. A agricultura familiar está sendo chamada, hoje... Fazíamos isso com a maior tranquilidade, mas não percebíamos que trabalhávamos para a segurança alimentar de nossas famílias, e estamos enxergando que, além de alimentarmos as nossas famílias da roça, nós alimentamos o urbano. Por isso quando Zé Paulo traz aqui debate entre o rural e o urbano, que a Unicastro tem trazido, é fundamental para nós. Não podemos ficar de costas, planejando o rural sem olhar o urbano como sempre fazem os planos diretores das cidades, que planejam o urbano de costas para o rural.

Precisamos eliminar esse recorte entre rural e urbano. O trabalhador da agricultura familiar é tão pobre e tão necessitado de políticas públicas quanto as pessoas que estão na economia solidária no urbano. Esta unidade colocada aqui, a frente já traz isso, a agricultura familiar, a economia solidária, é estratégica para nós.

Refiz a minha fala. Vou encerrar. A fala foi no sentido de não querer trazer os números, vamos disponibilizar, a pedido do ministro, para que o *site* dos deputados da Câmara possam conter os dados do que avançamos no Brasil e na Bahia das políticas que não foram inventadas pelo governo.

Estamos tratando do Plano Safra, que será lançado em junho, quando o governo, o MDA, anunciará ao Brasil que irá disponibilizar créditos, que estão em R\$ 16 bilhões, para a



agricultura familiar. Ele anunciará o que significa Garantia Safra e os recursos dedicados à assistência técnica.

Ontem, tivemos uma audiência do ministro com os movimentos, e os movimentos pautaram o ministro, dizendo que o Plano Safra e os editais de ATE precisam ser revistos. Tem um modelo que ainda não é o adequado. A todo tempo, tanto os movimentos sociais quanto os de prefeitos, deputados e vereadores, disseram que precisam ser revistos.

E esse espaço da Assembleia Legislativa, para nós, é estratégico. Não se faz política pública sem lei e sem Orçamento.

Esta Casa é o espaço para se botar no conjunto de leis isso que os movimentos vêm inventando de política pública. É para colocarmos, com o papel estratégico dessa comissão, recursos e dialogar com as secretarias respectivas. E que esta Casa possa, no próximo PPA, conseguir enxergar e fortalecer os deputados aliados naquilo que devemos ter como política pública.

Por último um apelo: estamos descendo do governo federal para os estados. Os estados estão avançando, nas secretarias estaduais, na agricultura familiar, reordenamento agrário e reforma agrária. Em nível de estados, está acontecendo uma evolução nas estruturas para termos secretarias, orçamento e pessoas qualificadas.

E faço um apelo. Estamos entrando num ano eleitoral. As eleições de 2012 começam agora. Em 2012 é para depositar o voto na urna. Então, apelamos aos movimentos para que se comprometam em eleger vereadores e prefeitos comprometidos com essa causa.

Isso aqui é um exemplo disso. Nesta Casa já temos 11 deputados aliados ao processo da criação da comissão. Nesse momento é preciso avaliar quais são os mandatos comprometidos, de fato, com essa luta para podermos atrair outros que, porventura, não entenderam ainda a lógica.

Estamos comprometidos, e já temos a palavra do ministro para ver como podemos ajudar esta Casa a compreender os conceitos básicos das nossas informações.

Lançaremos no final deste mês os recursos para a infraestrutura dos territórios rurais em todo o País. Queremos dar uma modelagem diferente para a Bahia, pois é um estado estratégico para o Nordeste e para o País.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Deixamos um abraço do ministro Afonso, de toda nossa equipe do Ministério e da Delegacia Estadual do INCRA no sentido de avançarmos nessa luta.

Parabéns, e boa sorte a todos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



0855-I

Ses. Esp. 12/05/11

Or. Marivânia de Jesus

Combate à pobreza na Bahia e o papel do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Registro com satisfação a presença de Wilson Dias, superintendente de Agricultura Familiar.

Ainda temos as inscrições de Marivânia de Jesus, coordenadora estadual do Movimento CETA, de Libanilson e de deputados presentes.

Quero pedir a compreensão de todos, porque teremos logo mais uma sessão especial com outro tema: a celebração dos 40 anos da Embasa. Pedimos a compreensão de todos, porque temos um limite. Mas a nossa Frente será um espaço aberto para continuarmos o debate.

Com a palavra a companheira Marivânia, por 3 minutos.

A Sr^a MARIVÂNIA DE JESUS:- Bom dia a todos, quero cumprimentar a Mesa na pessoa da companheira que nos está proporcionando este momento, deputada Neusa Cadore.

A nossa vinda aqui se deu por um motivo muito simples, e parece que ficou mais simples ainda, agora, quando escutamos o companheiro do MDA falar, uma vez que disse que o ministro se coloca à disposição dos movimentos sociais.

Então a nossa vinda aqui é para solicitar, Jerônimo, permita-me, porque é um companheiro de muito tempo, uma audiência com o companheiro ministro. E nós precisamos otimizar isso para segunda-feira, lá em Brasília, uma vez que já conseguimos agendar uma audiência com o presidente do Incra. Seria muito bom se o ministro viesse aqui até nós, aí vocês avaliam. Vou deixar o restante do meu tempo para ouvirmos a resposta dele dizendo a hora que o ministro irá nos receber, pode ser povo de Deus? (Palmas)

Eu só queria dizer mais uma coisa: quando somos tratados por algumas pessoas nas diferenças e nas igualdades, tem uma frase de Dermeval Saviani, se não me falha a memória, que diz que precisamos ser tratados com diferença quando a igualdade nos descaracteriza. É assim que o povo do campo precisa ser tratado. Agora, precisamos ser



tratados com igualdade quando essas diferenças nos inferiorizam. E nós como povo brasileiro, que garante 70% da alimentação, do feijão para a mesa interna do povo brasileiro, não admitimos ser tratados com inferioridade.

(Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



0856-I

Ses. Esp. 12/05/11

Or. Marcelino Galo

Combate à pobreza na Bahia e o papel do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Concedo a palavra ao nosso deputado Marcelino Galo, por 3 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Vou pedir um pouco de paciência a vocês, porque sei que se alonga o tempo, é muita gente falando, mas é necessário que falemos um pouco.

Então queria começar parabenizando por uma iniciativa fundamental, muito importante, da deputada Neusa Cadore, no sentido de discutir um tema fundamental, extremamente candente na conjuntura e na vida deste País.

E também cumprimentar toda a Mesa e dizer que estamos aqui debatendo o desenvolvimento sustentável e o combate à pobreza num País chamado Brasil, a maior potência ambiental do Planeta. Nós estamos discutindo sustentabilidade na maior potência energética, uma das maiores do mundo, na maior fronteira agrícola ainda existente no mundo.

Não é à toa os interesses do chineses hoje e dos grandes países todos voltados para este País chamado Brasil. Então aqui, onde resta a maior fronteira agrícola do mundo ainda no Planeta, é o País que tem fome, é o País que tem a maior concentração fundiária, e aí só perde para Serra Leoa, que é um país africano, pobre, é o país mais desigual do mundo, de maior concentração, é o país que paga o maior juros do mundo, transferindo riqueza dos mais pobres para os mais ricos. É o bolso-banco, bolsa-rentista. Então é neste País, com essa contradição, que se está discutindo o combate à pobreza.

E aí, companheiros, é importante azeitar o Estado, unificar a ação do Estado, mas não vamos nunca, e aí só tem um caminho, aqui está o caminho: os pobres organizados, politizar a pobreza, politizar os pobres. Por que incomoda tanto quando os Sem Terra organizados vêm para a cidade, se a elite deste país criminaliza esses movimentos?

E aí o debate aqui ridículo desta Casa, na semana passada, os deputados representando o *status quo* da direita, combatendo o governo porque disse que o governo deu



uma “bolsa-filé” para os sem-terra. Eles que sempre comeram (palmas). Temos que discutir e encontrar a solução e resolver. Vamos azeitar a máquina do Estado, mas vamos, sobretudo, pelo caminho que vai de fato acabar com a pobreza e a desigualdade neste País. O parlamentar, nossa Frente, Neusa, tem a grande importância de colocar-se, e todos os mandatos daqueles deputados comprometidos com as lutas do povo, à disposição, organizar os pobres para acabar com a pobreza, de fato, neste País.

Um abraço a todos vocês e até a vitória (Palmas).

(Não foi revisto pelo orador.)



0857-I

Ses. Esp. 12/05/11

Or. Libanilson Braga de Oliveira

Combate à pobreza na Bahia e o papel do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Gostaria de registrar a presença do deputado Zé Neto, Líder do governo nesta Casa.

Dando seguimento, queria convidar o companheiro Libanilson Braga de Oliveira, coordenador do MLT e da coordenação do Fórum Baiano da Agricultura Familiar, para falar por 3 minutos.

O Sr. LIBANILSON BRAGA DE OLIVEIRA:- Gostaria de saudar a Mesa em nome da deputada Neusa, que teve a iniciativa de promover esta sessão especial, e aos demais membros do governo, parlamentares, o grande deputado federal Eudes, nosso parceiro – com certeza vamos demandar muito e lutar juntos, deputado –, nosso amigo, companheiro delegado Lourival, e o representante do ministro Jerônimo, que não está presente; saudar os demais deputados, os que estiverem ausentes e os que estão presentes, nossa “companheirada” de diversos movimentos sociais, parabéns para o pessoal que está na luta, o movimento Ceta, que está aí hoje mobilizando (palmas), dizer que o momento é oportuno para nós, estamos ocupando mais espaço, mais momento de debate, e esta sessão especial, deputada Neusa, não vai parar por aqui. Nós, dos movimentos sociais, com certeza, vamos aproveitar a criação da Frente Parlamentar nesta Casa, para apresentar nossas pautas – o MLT, o Fórum Baiano da Agricultura Familiar com certeza vai pautar, vai trazer subsídios para os companheiros deputados travarem aqui a luta que nós queremos.

Sabemos que o governo Lula e o governo Wagner têm feito muito, feito o que é possível, mas ainda está distante daquilo que queremos, o que sonhamos. Então, há uma grande distância entre o que é possível e o que queremos. Concordo com o deputado Marcelino: onde há concentração, há miséria. Então, para acabar a miséria, a fome e a pobreza é preciso desconcentrar. E a concentração está na terra, a concentração está no capital. São dois gargalos que temos que enfrentar.



Então, essa Frente Parlamentar vai ter um grande papel. Nós, dos movimentos sociais, do MLT, do Fórum Baiano da Agricultura Familiar, estaremos à disposição para discutir e encaminhar pautas para o debate. Queremos dizer que foi oportuno esse momento e que vamos continuar lutando.

Queremos deixar um abraço para todos aqueles dos movimentos sociais, e vamos juntar forças, já existe o fórum baiano que coordena o da Agricultura Familiar, coordena todos os movimentos sociais. Queremos convidá-los a integrar esse fórum e juntos lutaremos para avançar nas conquistas.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



0858-I

Ses. Esp. 12/05/11

Or. Fátima Nunes

Combate à pobreza na Bahia e o papel do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Convido a deputada sertaneja Fátima Nunes para dar sua mensagem (Palmas).

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Bom-dia a todos e a todas, mas só bom-dia mesmo, porque ainda não houve almoço, porque depois do almoço já é boa-tarde. Quero fazer uma saudação a todas as autoridades da Mesa, mas o tempo é curto, por isso vou restringir-me a falar, companheira Neusa Cadore, nossa grande deputada batalhadora.

Nessas sessões especiais, quando a Mesa é composta de tantas autoridades competentes e de bastante conhecimento da realidade da agricultura familiar, fico pensando que, para nós, só fica mesmo uma tarefa, que é a de continuar insistindo com quem dá a última “canetada” no Orçamento para que coloque dinheiro nas políticas que precisamos realizar. Porque o quadro, o estudo, os projetos e os programas estão todos prontos, mas sem o *dindin*, velho, não se faz nada.

Então é a hora de o nosso ministro, cujo representante está chegando aqui, o nosso Jerônimo... Acho que o ministro fez uma boa escolha, tendo em vista a sua competência, o seu conhecimento e a sua sabedoria, Jerônimo, para estar lá assessorando-o. Pois bem, devemos dizer: “Olhe, D. Dilma, nossa presidenta, vamos colocar aqui mais uns recursos para a agricultura familiar”. Se não for assim, ficamos fazendo muitas sessões, muitas movimentações, mas não chegamos a ter uma grandeza maior.

Ninguém deixa de celebrar, de revelar a nossa satisfação pelos feitos e pelas realidades já acontecidas. Tenho dito muitas vezes da minha alegria ao ouvir uma pessoa que estava no escuro dizer: “Eu agora posso estudar à noite porque aqui tem energia”. Ou então quando presencio alguém dizer que não bota mais a lata na cabeça porque ali ao lado tem água na torneira, na cisterna. Tudo isso é uma alegria, mas todos aqui afirmam que para se erradicar a pobreza é preciso investir na agricultura familiar e integrar as políticas do campo e da cidade.



A gente sempre dizia: “Cidade e campo se transformarão”. Só que para isso acontecer, de fato, são necessários recursos para as políticas públicas. E também é preciso que sejam feitas mudanças em algumas leis, porque existem pessoas que moram 10, 12 anos em terras da reforma agrária – cujos donos existem mais – e, portanto, poderiam ter a posse dessas terras. Mas, por causa de um artigo na lei, nada acontece. Então vamos desmanchar essa lei e fazer uma nova.

Fica este recado para os assentados, os acampados e para as outras organizações da sociedade civil: em qualquer tempo, em qualquer governo, é necessário o povo organizado e lutador.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



0859-I

Ses. Esp. 12/05/11

Or. Bira Corôa

Combate à pobreza na Bahia e o papel do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Concedo a palavra ao deputado Bira Corôa, que é o último inscrito, na medida em que o Regimento da Casa determina que esta sessão deve ser encerrada às 13h.

O Sr. BIRA CORÔA:- Deputada Neusa Cadore, na sua pessoa e na do deputado Eudes quero saudar toda a Mesa e todas e todos os presentes a este evento.

Em primeiro lugar, deputada Neusa, quero parabenizá-la por estar promovendo este debate. Esta audiência tem um significado importante para a Bahia e, conseqüentemente, para o Brasil. Não quero ser repetitivo, mas também quero pontuar, assim como muitos que me antecederam o fizeram, o quanto o Brasil vem se transformando a partir das gestões do presidente Lula e, agora, da presidenta Dilma.

Estive na Marcha dos Prefeitos, em Brasília, e presenciei a articulação feita pela elite que sempre dominou este País, que sempre o conduziu a uma condição separatista, havendo de um lado os favorecidos, do outro a grande maioria desprestigiada pelas políticas públicas e afirmativas.

Vi a presidenta Dilma desbancar essa articulação quando lá se pronunciou, mostrando a ação do governo de respeito e compromisso com a municipalização.

E também vemos aqui nesta Casa essa ação empreendida por muitos parlamentares saudosistas, aqueles que tentam se confrontar com a nova condução que este País vem tendo. Eles não aceitam, nobre deputado Marcelino Galo, que a transformação chegue e que o homem e a mulher do campo e da periferia urbana possam ter acesso às políticas afirmativas.

Sem dúvida, isso incomoda muita gente. Mas não podemos deixar de reafirmar o papel e a importância da sociedade civil organizada. Por isso, é importante destacar o trabalho do CETA, do MST e de todos os outros movimentos para conduzirmos as ações deste governo em direção dos interesses da nossa sociedade



Por isso queria só colocar que não dá para discutir os avanços reafirmando os avanços do governo federal e do governo estadual do companheiro Jaques Wagner sem pensar , sem afirmar e definir compromissos para garantir ao homem e à mulher do campo o direito de propriedade. Sem a reforma agrária não podemos discutir o avanço e o crescimento das políticas do campo, não podemos garantir o direito de estadia na cidade, porque precisamos que o homem e a mulher do campo tenham autonomia, tenham o direito de produção, tenham acesso aos créditos, tenham direito à assistência técnica, mas tenham acima de tudo o atestado de que a propriedade é deles.

(Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-03

Ses. Esp. 12/05/11

A Sr^a PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Quero pedir desculpas, porque sei que outras pessoas desejariam usar da palavra, e seria importante ouvir a contribuição de vocês, mas temos um limite por conta de que a Casa daqui a pouco vai receber um outro público.

Quero encerrar agradecendo muito às pessoas que compuseram a Mesa e contribuíram para o debate e a cada um de vocês. São muitos municípios presentes e eu encerro dizendo que na frente nossa vai ter assento e portas abertas para continuarmos esse debate. Como foi dito, vamos ter agenda, vamos ter movimento e vamos ter muitas conquistas contando com vocês.

Muito obrigado e uma boa tarde a todos.

Declaro encerrada a presente sessão. (Palmas.)